

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: FOLHA DE PAULISTA

Data: 02/01/80

Pág.: 1

Pasta n.º

N.º do recorte

**Campanha para
a instalação
de creches**

RIO (Sucursal) — Uma campanha nacional para instalação de creches - casulos no País, envolvendo a participação das quatro mil prefeituras, todas as secretarias estaduais e municipais de Educação, empresas e comunidades, foi lançada ontem pela presidente da L.B.A., Lea Leal, que disse que a atuação da entidade em 1980 será marcada por um esforço na área do pré-escolar, visando a atender ao maior número de crianças carentes até sete anos de idade. A meta é colocar 1 milhão de crianças nos casulos, recebendo alimentação, recreação e socialização. A partir deste mês, nos centros sociais, a L.B.A. está recebendo as inscrições para este ano.



Estas crianças indígenas são um sinal de esperança. Apesar de tudo o que se faz contra eles, os índios, nos dão uma mostra de como resistir. Nesta edição contamos como foi uma assembléia de chefes indígenas realizada no Lago Marãa, no rio Purus, município de Pauini, Estado do Amazonas. Objetivo: "Reunir pra fazer nossa força", como definiu Francisco Lopes, Pau-

mari. "Nós vive jogado que nem cachorro. O branco fala que nós não temos direito. O patrão diz que a terra é dele. Pela lei é nossa. Há dois anos é prometido tirar terra, mas não vem ninguém. Isso aqui é nosso. Isso não pode ser assim. Nossa tribo está toda espalhada. Nós não trabalha no que é nosso". Reportagem na última página.

(Dec. 1960)

CRIANÇA, TEMA DE NATAL DO PAPA

Luciano
O Sumo Pontífice falou da criança neste Natal. Definiu o Natal como a festa de todas as crianças do mundo, de todos, sem diferença de raça, de nacionalidade, de língua, de origem. É necessário que esta mensagem da criança, do recém-nascido, ressalte com uma clareza especial no final deste ano, comentou o Papa. Disse mais, que a criança é sempre uma nova re-

velação da vida que é dada ao homem pelo Criador. É uma nova confirmação da imagem e da semelhança de Deus, impressas desde o começo no homem. Ela é também uma grande e contínua verificação de nossa fidelidade a nós mesmos. De nossa fidelidade à humanidade, uma verificação de respeito perante o mistério da vida. Veja a mensagem do Papa na página 7.

Também hoje, sobretudo hoje em dia, é possível termos famílias com espírito de amor e serviço. É o que afirma nesta edição o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns.

Todavia o próprio Documento de Puebla, no capítulo dedicado à família, fala que na América Latina dá-se a impressão bem nítida de que a família seja considerada como a principal vítima das injustiças do nosso tempo. No lar repercutem os frutos mais negativos do subdesenvolvimento, insalubridade, pobreza e miséria.

Mas não é só isso. Há outros problemas específicos que afligem nossas famílias. São mensagens de sexo, lucro, violência, poder, ostentação e todo um complexo de forças deletérias que batem contra a família. Tudo isso poderia levar alguém a perguntar-se muito seriamente se vale a pena casar.

Contudo, vários fatos positivos nos levam a ter uma visão otimista sobre a realidade familiar em nosso contexto social. Aqui mesmo em nossa Arquidiocese os sinais de renovação são os mais promissores. Há uma pastoral da juventude que luta por um ~~conceito~~ renovado de amor-donção, com uma ~~espírito~~ baseada no respeito à pessoa humana e seus direitos fundamentais e numa luta em favor dos mais carentes. Em todas as comunidades há um esforço eficiente para a revisão dos cursos de noivos e pastoral familiar. O Diretório dosamentos, em seu caderno dedicado aramento do matrimônio, apresenta mentos preciosos, sugestões e di para uma revisão constante. Tantos lias de nosso meio foram também, das pela realidade dos menores, nados e hoje se dedicam, cada vez recuperação desses nossos irmãos das famílias incompletas. Os sin perança são grandes, e alimenta essa esperança é que iniciamos a d 80. Leia na página 7.

(Dec 1977)

Muitas questões para uma nova década

Sexualidade e aborto não são mais tabus.

O último dia de ano não é o último dia do tempo", diz o poeta. Para as mulheres especialmente o fim dos anos 70 é apenas um começo. Na história, quando uma sociedade se encontra amordaçada e algemada, aqueles que parecem os menos perigosos, os inofensivos, os submissos, começam a se mover lentamente entre as sombras tecendo um trabalho paciente de fôrça, as frágeis malhas de revolta e de resistência.

Este tem sido o papel das mulheres. E no Brasil também foi assim.

De repente as mulheres surgiram. No movimento pela Anistia, no movimento do custo de vida, nos sindicatos, nos clubes de mães, nos grupos de mulheres. Em todas as cidades, nos bairros, nas Universidades. Falavam de liberdade de organização, de creches, de desigualdade de salários entre homens e mulheres, das discriminações, da dupla jornada de trabalho. E agora também da violência específica de que são vítimas, da sua sexualidade, da contracepção e do aborto.

Seu objetivo é a libertação cultural e econômica da mulher que, como disse Sheila Rowbothan, "passa pela criação de uma sociedade na qual se cessa de roubar a vida às pessoas e na qual as condições de produção e reprodução não dependam mais de sexo, da raça ou da classe social".

Se as creches, a dupla jornada de trabalho ou o salário igual para trabalho igual têm sido até agora os temas que mais mobilizam as mulheres, outras preocupações começam a surgir. Não por acaso, nos debates sobre a questão da mulher o tema da sexualidade e da contracepção provocam grande interesse. Claramente respondem às preocupações das mulheres mas são ainda tabus porque nessa cultura da qual somos herdeiras há lugar para a mulher objeto sexual, mas não para aquela que conhece e controla seu próprio corpo.

Direito ao prazer

É certo que o direito ao prazer parece secundário numa sociedade que não assegure à grande maioria da população nenhum dos direitos mais primários, o direito ao trabalho, à saúde, à educação, a condições de vida humanas. No entanto, nos centros médicos da periferia de São Paulo ou no Pronto Socorro do Hospital das Clínicas, segundo a psicóloga Valderéz Bittencourt, mulheres muito pobres, de baixíssimo nível cultural, procuram o ambulatório de ginecologia para queixar-se de "apresentarem dor nas relações sexuais, desinteresse sexual e falta de prazer". E isto, é inegável, é porque o prazer sexual é importante e a mulher pobre está reivindicando sua humanidade num mundo que a embrutece.

A ignorância e a desinformação sobre a sexualidade têm efeitos ainda mais dramáticos quando atinge a contracepção e o aborto.

Por um lado, o governo, invocando o argumento

da prevenção à gravidez de alto risco, trata de introduzir o controle da natalidade induzindo as mulheres a utilizarem anti-concepcionais sem no entanto proporcionar-lhes assistência médica necessária. A grande maioria das mulheres não está informada sobre os métodos anti-concepcionais, não os utiliza ou os utiliza de forma errada. Segundo uma médica do Hospital das Clínicas de S. Paulo a desinformação aumenta nas camadas de baixo índice de escolaridade mas existe também entre mulheres universitárias.

A consequência última da ignorância da maioria das mulheres sobre seu próprio corpo e sobre os métodos anticoncepcionais é o recurso ao aborto.

O «crime» aborto

O tema, mesmo sendo tabu, começa a aparecer timidamente nos congressos de mulheres, nas discussões. Certamente a emissão de «Malu Mulher», o seriado da TV Globo, ajudou um pouco a trazê-lo à tona. Mas é ainda um assunto delicado: causa problemas de consciência, «prejudica alianças políticas», etc.

A realidade é que, além de ignorarem o uso dos anticoncepcionais e por conseguinte de não terem condições de decidir quando e quantos filhos querem e podem ter, as mulheres arcam quase integralmente com a criação, educação e muitas vezes com a subsistência dos filhos que põem no mundo e são julgadas criminosas quando recusam uma gravidez involuntária.

Julgadas criminosas por quem? Pela sociedade e

pelo Estado. O mesmo Estado e a mesma sociedade que são, estes sim, responsáveis pela inexistência de creches (na cidade de São Paulo há apenas 3 creches construídas e mantidas integralmente pela Prefeitura), pelo déficit de escolas, pela assistência médica precária quando não inexistente para as mulheres pobres e as trabalhadoras.

As operárias só são submetidas a exames ginecológicos antes de sua admissão porque as empresas não querem contratar mulheres grávidas que, por lei, têm direito à estabilidade nos primeiros meses depois do parto. A gravidez impede o acesso ao trabalho. Isto não é crime. Crime é interromper uma gravidez acidental quando não se tem condições, muitas vezes físicas, de se levá-la adiante.

As mulheres não resta outra alternativa senão abortarem com talos de mamona, sondas caseiras ou, na melhor das hipóteses, recorrer ao aborto clandestino. Segundo depoimentos médicos as infecções decorrentes de abortos provocados são a quarta causa de mortes por infecção no Hospital das Clínicas de São Paulo. E, mais ainda, o atendimento dado a estas mulheres que arriscam desesperadamente sua própria vida é desumano: curetagem a frio «para castigar as pecadoras».

Aparentemente este não é um problema geral. Atinge apenas as mulheres e por isto desaparece face às grandes questões sociais.

A sociedade e o Estado estão aí para apontar os criminosos, não para assumirem a dura tarefa de criar e educar as crianças.

Nisto as mulheres estão sós.

A mulher vista pelos (as) políticos (as)

Por Olga Modesto, Rosa Moisés e Elizabeth Souza Lobo

I negavelmente a década de 70 foi marcada pelo ascenso dos movimentos populares e entre eles o movimento das mulheres.

As mulheres lutam por creches, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico, por salário igual a trabalho igual, contra a discriminação profissional, contra a violência e a opressão sexual de que são vítimas.

Estas lutas são levadas pelos grupos de mulheres, nos partidos e nos sindicatos — onde há até bem pouco estavam esquecidas. O feminismo está pois na ordem do dia.

Qual é sua opinião sobre ele e sobre a necessidade das mulheres se organizarem de forma autônoma?

Almino Affonso

**Machismo:
um atentado contra a cidadania**

Considero o movimento feminista, que se vem desenvolvendo nos últimos anos, um dos fatos mais significativos no processo de democratização da sociedade brasileira.

A discriminação contra a mulher, expressa tanto em normas jurídicas quanto nas relações sociais, atenta contra a natureza igualitária da cidadania.

Não é possível construir um grande país se metade de sua população, constituída de mulheres, é relegada a um segundo plano. Com frequência, ouço dizer que a questão feminina é um falso problema, tendo em vista que ela já está inserida na temática da exploração social.

Mas é preciso também ter consciência de que os padrões culturais ainda vigentes legitimam discriminações contra a mulher, nos mais diversos planos: na sua liberdade sexual, no seu direito de acesso ao emprego, na igualdade salarial, na posição secundária como dona de casa, e até no elemento de direito de ir e vir.

Há, portanto, uma especificidade a ser tomada em conta na luta feminina, que se confunde, a meu modo de ver, com a resistência à dominação machista que existe, é bom lembrar, em todos os setores sociais, inclusive na classe operária e no campesinato.

Mangá da Conceição

O homem é "envenenado"

Se a mulher não continuar desenvolvendo suas próprias formas de organização, os seus interesses vão ficar mesmo esquecidos.

É a sua organização que garante que esses interesses vão ser levados na luta geral de todos os trabalhadores. Porque a mulher sofre, de um

lado, uma exploração pelos patrões, quando não recebe pagamento pelo trabalho doméstico que faz; se não fosse esse trabalho, como poderiam os trabalhadores comer, ter roupas limpas, criar os filhos, enfim, ter condições para trabalhar?

De outro lado, ela sofre uma opressão de seu próprio companheiro, que está "envenenado" pela ideologia burguesa e age dentro de casa como um explorador do trabalho da mulher.

Não considero o fato das mulheres se organizarem, como uma ação divisionista. Seria assim se elas se isolassem dos homens para lutar pela suas próprias reivindicações. Mas se elas se organizam para também fazer valer os seus interesses na luta de todos os trabalhadores, isso não é divisionismo.

Divisionismo é o de quem é contrário a essa organização.

José Ibrahim

Na direção do PT não há mulher

Estou perfeitamente de acordo com a visão de que as mulheres devem se organizar enquanto mulheres para travar as suas lutas que têm aspectos gerais que estão ligados com outros setores também mas que têm aspectos específicos. Na minha opinião, pelo menos atualmente são as mulheres que devem, que tem a sensibilidade, que vivem estes problemas e podem ter intensa compreensão exata para melhor ter condições de atacar estes problemas.

Ao nível de um partido político digamos, o que eu não tenho claro é o seguinte: se mesmo dentro de um partido político elas devem se organizar enquanto mulheres.

Na direção do PT atualmente não há nenhuma mulher. Sinto que dentro do PT há uma abertura muito grande para a problemática da mulher: está se colocando a questão da mulher trabalhadora, da mulher que é muito mais explorada do que os homens porque existe a distinção de salários, as discriminações.

Se o programa do PT vai dar ênfase ou não à questão da mulher, isto é uma questão que não depende apenas de discussão, mas que depende fundamentalmente da luta ideológica que as mulheres fazem lá dentro.

Irma Pazzoni

A luta é também do homem

Para a deputada Irma Pazzoni, os movimentos populares que se desenvolveram em São Paulo na década de 70 — reivindicações por melhores condições de vida nos bairros, luta por creches, Movimento Contra a Censura — em sua prática de enfrentamento dos diferentes níveis do poder constituído, tornaram evidentes "qual é a poli-

tica deles e qual deve ser a nossa política. A nossa resposta: a reação organizada de cidadãos e trabalhadores diante da crescente deterioração das condições de vida e da castração do direito de participação política".

A participação das mulheres nestes movimentos tem sido muito importante. Para Irma ela é mesmo fundamental. "É a condição para uma mudança social efetiva, consistente e duradoura".

Com relação aos problemas que dizem respei-

to diretamente às mulheres, Irma acredita que "a solução dos verdadeiros problemas das mulheres exige também a participação dos homens. Não se pode isolar a luta, a creche, por exemplo, é um problema dos homens e das mulheres, assim como os salários, a melhoria das condições de vida. A divisão das tarefas domésticas com os homens depende de todo um processo educativo. Não se deve institucionalizar a responsabilidade tradicional das mulheres", o que se corre o risco de fazer quando se levantam bandeiras de lutas específicas das mulheres, diz Irma.

Os sindicatos aceitam a mulher?

Desde o 1 Congresso da Mulher Metalúrgicos de S. Bernardo, em 1978, onde se abordou pela primeira vez a necessidade da mulher ter formas próprias de organização dentro do sindicato, todos os congressos ou encontros de mulheres trabalhadoras discutiram essa questão.

Duas trabalhadoras químicas, que estão participando ativamente desse trabalho, fazem um "balanço".

"Ainda não somos muitas e a lentidão com que caminhamos tem várias razões. De um lado, as dificuldades que a estrutura do sindicato coloca às nossas iniciativas: as nossas propostas devem passar pelo consentimento da diretoria.

"Nisso, evidentemente, não nos diferenciamos de outras comissões ou grupos, que são colocados numa posição de dependência em relação à diretoria.

"Mas, a gente vai percebendo que é mais dependente entre os dependentes. Não passa uma de nossas reuniões em que alguém não venha insistir com a gente para "acabar logo com o papo" e se reunir ao resto do pessoal. Outro dia, vieram nos chamar, dizendo que os rapazes queriam que a gente descesse para o baile, porque tinha poucas mulheres.

"Aparentemente, não nos impedem de nada, mas as cartas que temos mandado para as companheiras que participaram do Congresso e não têm vindo às nossas reuniões, são seladas com o dinheiro do nosso bolso.

"Nos deram uma sala, mas está sempre fechada e ninguém nunca sabe com quem está a chave.

"De outro lado, o nosso trabalho é dificultado por outros motivos: muitas de nós têm que convencer maridos ou pais da importância que essas discussões têm para nós."

Politizar o cotidiano!

Para nós feministas da Associação das Mulheres, o movimento de mulheres como um todo expressa a necessidade hoje inevitável de uma organização autônoma das mulheres em torno de seus problemas específicos. Não há como enfrentar questões como a discriminação, a opressão sexual e a violência de que são vítimas as mulheres no seio da família, nos ambientes de trabalho, nas ruas, nos sindicatos, nos partidos, senão reunindo mulheres em núcleos onde estes problemas sejam conhecidos, debatidos e enfrentados. As questões mais gerais que estão se colocando hoje: reorganização partidária e conquista da democracia ampla e sem adjetivos, colocam também o problema de que a cada uma de nós cabe um espaço de mobilização na construção de uma nova sociedade.

Acreditamos que as mulheres porque sofrem uma discriminação que as isola no âmbito privado do lar e as faz reprodutoras da ideologia através da educação dos filhos, porque estão inseridas no cotidiano não político, são portadoras de uma nova concepção de fazer política que

se propõe a politizar o cotidiano, romper com as formas moleculares de poder, com o autoritarismo que impregna a nossa sociedade, que persegue prostitutas e impede a livre organização dos partidos e movimentos.

Hoje um número cada vez maior de mulheres sai às ruas para trabalhar e garantir suas condições de sobrevivência. Mas isso não é uma condição suficiente para que a opressão desapareça. O Movimento de Mulheres questiona não só as formas mais evidentes da opressão, o direito de livre organização e expressão, como também as relações interpessoais entre homens e mulheres, na família, nos sindicatos, nos partidos. Nós que somos feministas acreditamos que a opressão sexual nos atinge de forma mais direta mas que também os homens são vítimas dessa opressão. Por isso nossa luta não é divisionista, reivindicamos o direito de sermos cidadãos integrais: que nossos problemas sejam assumidos pelo conjunto da sociedade assim como fazemos nossas as lutas de todos os setores oprimidos.

(Olga, Rosa e Beth)

Em Nova Iguaçu, 10 mil fiéis saem às ruas para dar apoio a D. Adriano

Procissão de desagravo e solidariedade

"Jesus Cristo foi crucificado de novo neste local em 20-12-79, às 11 horas, uma bomba profanou e destruiu a Santíssima Eucaristia".
Este MENINO é um SINAL de CONTRADIÇÃO" (S. Lc. 2,34)
Na Capela do Santíssimo Sacramento da Catedral de Nova Iguaçu foi montado um singelo presépio, no meio de âmbulas, patenas e o sacrário completamente destruídos pela bomba que explodiu no dia

Alamiro Andrade e Silva

O relógio da torre da Catedral marcava 14:30 hs. quando um dos sete carros com alto-falante anunciava:

— A Eucaristia foi profanada por mãos sacrílegas. Quiseram atingir não só a pessoa de nosso bispo, os cristãos de Nova Iguaçu, mas o próprio Cristo nosso libertador, nosso caminho. Povo de Deus, professemos nossa fé na presença do Cristo Libertador no meio de nós, na Hóstia Consagrada. Vamos sair em procissão de desagravo e de solidariedade!"

As 15:00 hs., Dom Adriano Hipólito, com o Santíssimo Sacramento, acompanhado pelo secretário-geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, o auxiliar do cardeal do Rio de Janeiro, D. Celso José Pinto da Silva, o auxiliar do cardeal de São Paulo, D. Antônio Celso de Queiroz, o bispo de Volta Redonda, D. Valdir Calheiros de Novais e seu auxiliar, D. Vital G. Wilderink, os padres da Diocese de Nova Iguaçu e de outras Dioceses, e cerca de 10.000 fiéis saíram em procissão pelas ruas centrais da cidade. O espetáculo foi admirável. A temperatura estava num destes dias de amostragem do calor e mormaço da Baixada Fluminense.

O povo da periferia tomou conta do centro da cidade e eles mesmo organizaram a passeata religiosa, que durante 1 hora e meia percorreu as ruas centrais da cidade, cantando os tradicionais hinos ao Santíssimo Sacramento. Os estandartes da Legião de Maria, do Apostolado da Oração, dos Movimentos Franciscanos, dos Jovens das Crianças faziam com que aquela procissão unisse o antigo ao novo: os símbolos de uma catolicidade antiga com um espírito novo de profundo engajamento social e compromisso com a história do povo.

Um caszinho de jovens tentou passar pelo meio da procissão com sua moto barulhenta e foi barrado por dois organizadores da manifestação religiosa. Depois de um diálogo muito firme e decidido, o rapaz desligou a máquina e foi empurrando seu veículo até a primeira esquina. Ai ligou-a novamente e tomou outra direção.

Num bar de esquina, enquanto muitos viam a procissão passar, uma senhora com seus filhos e filhas se puseram de joelhos, num ato de adoração ao Cristo.

Os velhinhos e velhinhas com seus terços na mão, suas fitas no pescoço, estampavam no rosto um ar alegre de uma saudade agora bem matada com aquela procissão. Os velhos tempos ali estavam com nova vida, novo espírito.

20 de dezembro último.

Os terroristas de direita caluniam D. Adriano e sua pastoral, chamando-a de "subversiva" e de "comunista". Não se tem, porém, notícia de que algum regime comunista tenha cometido crime tão hediondo contra o próprio Deus, em sua presença sacramental na Hóstia consagrada. E, os lobos vestidos de ovelhas, ainda se chamam de "cristãos revolucionários".

Alguns garotos tentaram vender seus sorvetes e picolés, mas o espírito de penitência dos fiéis prevaleceu sobre a sede.

Naquela procissão vi com muita clareza a solidariedade de um povo a uma luta de libertação; uma demonstração de fé e grande respeito pela Hóstia Consagrada e também uma atitude de confronto franco e corajoso aos inimigos de Deus do Povo.

ALEGRIA E PERDÃO EVANGÉLICOS

No final da procissão, foi celebrada a santa Missa. Na hora do sermão falaram vários bispos. D. Celso, auxiliar do Rio de Janeiro, disse: "Nosso irmão é como a Hóstia, não se pode profanar". D. Valdir, de Volta Redonda, entre outras coisas deixou claro "que é o Cristo quem dá coragem ao bispo D. Adriano: que dá coragem ao Povo. É o Cristo sacramentado que dá coragem e força às Comunidades".

O secretário-geral da CNBB resumiu seu sermão em 3 pontos fundamentais:

1) Esta procissão é uma manifestação de fé, união e amizade ao Pastor e ao Povo de Nova Iguaçu. 2) "Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem". 3) Tudo isto aviva a chama de nossa esperança numa sociedade mais fraterna. União. Perdão. Esperança.

Já no fim da Missa, depois de apresentadas ao povo as inúmeras manifestações de solidariedade vindas de todo o Brasil, falou o franciscano bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hipólito:

"Não são as bombas, os sequestros, as profanações que irão nos amedrontar. Não podemos recuar diante de nossa missão de sujeitos e construtores da História, para que ela seja de fato a História Sagrada do Povo de Deus".

Ao ouvir estas palavras, a multidão explodiu, num prolongado e delirante aplauso. Já passava das 18 horas quando terminou a procissão e Missa de desagravo e solidariedade.

ESTÃO PENSANDO EM ROMARIAS

Um grupo de Vitória, no Espírito Santo, já se comunicou com Nova Iguaçu para programar uma romaria em desagravo e solidariedade. Aqui em São Paulo, diversos grupos e setores da Igreja estão também pensando em organizar uma romaria em jejum até Nova Iguaçu. O dinheiro que gastariam com alimentos no dia da romaria será doado à catedral para a construção de uma nova capela do Santíssimo. Quem não for à romaria, poderá fazer o jejum em casa mesmo e enviar sua contribuição para os Setores, paróquias e movimentos que participarem da iniciativa.

Duas datas estão em vista: dia 25 de janeiro, festa de São Paulo, feriado municipal, ou 3 de fevereiro, domingo, vésperas da Assembléia Nacional dos Bispos do Brasil em Itaiçi.

A realização da proposta vai depender dos interessados. Pode mandar para nós sua sugestão.

Com isso querem atingir a Igreja

Nas últimas semanas, a Igreja de Nova Iguaçu foi atingida por vários atentados: pichação das igrejas da Prata e da Catedral; pichação da igreja de Santa Rita; bomba na igreja de Mesquita; bomba sob o altar do Santíssimo na Catedral. Tais atos visam especialmente a figura de nosso bispo e pastor, D. Adriano Hipólito, acusando-o de "comunista" e "subversivo". Mas o que seus autores querem atingir é toda a Igreja que toma a defesa do povo explorado e oprimido. Há anos o povo da Baixada Fluminense sofre fome, analfabetismo, falta de moradia digna, falta de água, de luz, de ruas asfaltadas, de transporte descente, de tratamento de saúde. Há anos os operários da Baixada recebem um salário arrochado, incapaz de acompanhar a alta do custo de vida. A Igreja

de Nova Iguaçu se colocou na defesa desse povo e é por isso que sofre atentados e perseguições.

Há três anos, D. Adriano foi sequestrado pelas mesmas razões. Há dois meses atrás, em São Paulo, um operário foi morto por defender seus companheiros durante uma greve. Pouco depois uma igreja foi invadida pela polícia e seu altar foi destruído, porque abrigava os trabalhadores que lá estavam reunidos. Estas perseguições não são estranhas à Igreja. Jesus Cristo também foi perseguido e morto por defender a causa da justiça. E Jesus dizia: "Chegará a hora em que todo aquele que vos tirar a vida, julgará prestar culto a Deus" (João 16, 2).

A Igreja é perseguida porque o povo é perseguido, e a Igreja em No-

va Iguaçu é do povo. Querem calar a Igreja, porque querem calar o povo. Não existe, porém, só um D. Adriano nesta diocese: existem inúmeros Adrianos em todo o povo, em todos os trabalhadores, em todos aqueles que estão dispostos a doar sua vida pela fé em Jesus Cristo, no compromisso com o povo, povo que sofre, os pobres a quem Jesus deu preferência.

Até hoje não foi oficialmente esclarecido o sequestro de D. Adriano. Até hoje não se tem notícia de que as pichações e as bombas nas igrejas da diocese de Nova Iguaçu estejam sendo investigadas. Por que? Em plena época de abertura, o povo e aqueles que com ele se comprometem, são vítimas de atos arbitrários por parte de grupos radicais de direita. Até quando estes ficarão impunes?

Neste momento em que nosso bispo é atingido, em que nossas igrejas sofrem atentados, em que nossos padres são ameaçados de morte, nós da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, nos solidarizamos com nosso bispo, com nossos padres ameaçados, e com todo o povo, e conclamamos a todos os trabalhadores a que se mantenham firmes, certos de que na união conseguiremos fazer prevalecer a justiça.

Felizes sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de Mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós" (Mateus. 5, 11-12)

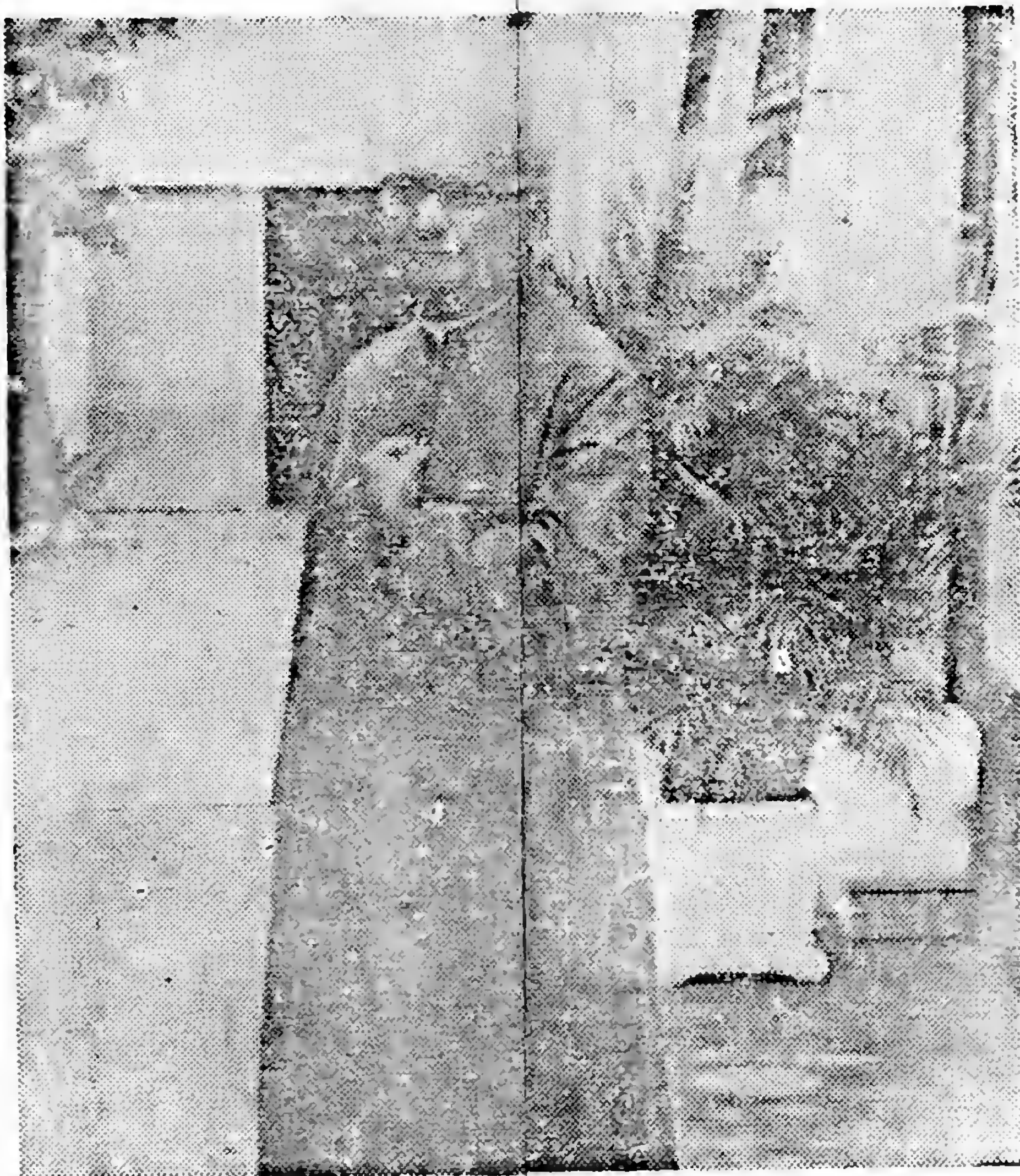
Pastoral Operária de
Nova Iguaçu

Continuem sua luta va, criminosos

O Povo de Deus vem tomando conhecimento dos atentados, em Nova Iguaçu: há 3 anos, o sequestro do Bispo, depois a continuação das ameaças, cartas e telefonemas anônimos, pichações de igrejas, novos telefonemas ameaçadores — sempre anônimos — e ontem, 20 de dezembro, a explosão da Catedral de nossa Diocese. Esquisito: um sistema construído em cima da segurança, capaz de detectar a quilômetros-luz de distância o que chamam de comunismo e subversão, mostra-se incapaz de elucidar todos esses monstruosos crimes contra o Povo.

Na carta deixada na Catedral explodida, os hipócritas afirmam "lamentar profundamente os danos causados à Casa de Deus". — Povo de Deus explorado pelas minorias do poder e do dinheiro, Povo de Deus em marcha para a Libertação. Povo de Deus quebrando as correntes das servidões impostas. Povo de Deus. **ESTÁ NA HORA DE ACORDAR DO SONO. PORQUE O SENHOR ESTÁ PRÓXIMO.** como proclamava o jornal-mural de nossa Catedral dinamitada. Acordemos, Povo de Deus, do sono da inconsciência e das divisões, promovidas e fomentadas pelas minorias do poder e do dinheiro, interessadas em prolongar suas vantagens.

Todos nos lembramos dos primeiros arrepios de patriotismo infantil, quando a professora nos ensinava que o Brasil nasceu e foi batizado com uma Primeira Missa. Desde aquele momento da escola primária, a pintura célebre ficou gravada na retina de nossa memória e de nossa saudade. Pois bem: desde a Primeira Missa, **A EUCARISTIA É NOSSA**, nossa Eucaristia saiu por aí afora, viajando e desbravando com os colonizadores, le-



vantando igrejas que foram a semente, o coração e o centro de nossas cidades, plasmando a alma nacional, motivando a construção de monumentos que hoje representam nossa alma e nosso orgulho. A Eucaristia e o Povo viveram sempre juntos: nosso Povo através do Pão Eucarístico.

Pois bem: os covardes criminosos, confessando-se hipocritamente cristãos, escolheram justamente a Eucaristia — Mistério maior de nossa Igreja, Riqueza maior de nossa fé — para demonstrar completo desprezo pelos sentimentos do Povo: colocaram a bomba debaixo do Sacrário — lugar mais precioso de nossas igrejas — onde são conservadas as Hóstias consagradas, sinal da presença real de Cristo em meio de seu Povo. Foi

em redor da Eucaristia que se reuniram nossos antepassados. É em redor da Eucaristia que nos reunimos em nossas igrejas. Povo de Deus, deve estar na hora de acordarmos mais uma vez e aprofundarmos os motivos pelos quais nos reunimos ao redor da Eucaristia. Certamente

não é para alimentarmos a alienação dos problemas ou a insensibilidade ante o sofrimento do irmão.

Agora uma resposta a vocês, criminosos: Continuem sua luta vã. Dêem tudo de si para lutar no lado errado. Continuem a enganar-se a si mesmos. Prossigam a triste tradição de perseguir os profetas do Reino de Deus. Mas saibam: vocês já perderam esta guerra. Mesmo dinamitando as igrejas do Povo de Deus, mesmo avançando covardemente, protegidos no anonimato das trevas, sobre pessoas píficas e indefesas, vocês já perderam. Morrer nós vamos todos, vocês também. Pobre consolo representa calcular que só morrerão amanhã. Vocês nos condenaram à morte? Pois bem, vocês é que estão inexoravelmente condenados à morte, se permanecerem em suas maldades.

Ante a sorte comum da morte inevitável, o que consola é estar no lado d'Aquele que é o Vitorioso sobre a morte. Consolo é saber que nenhuma tribulação nos retirará das mãos de Deus. Consolo é saber

que estamos nas mãos de Deus e não nas mãos de vocês. Consolo é saber que nenhum cabelo de nossa cabeça cairá, sem que Deus tome conhecimento e consinta. Consolo é saber que lutamos no lado d'Ele. Prova disso é que nossos planos não intencionam a morte de ninguém, não trabalhamos com anonimato ou terrorismo, não dinamitamos igrejas e tudo o que queremos é lutar pelo Bem e pela Justiça de Deus, ajudando nosso Povo explorado a vencer as servidões e encontrar o caminho da Pátria Prometida.

Se vocês, criminosos hipócritas, se confessam cristãos em sua carta covarde e anônima, saibam que cristão é o adjetivo de Cristo. Vejam então como Cristo viveu e agiu, sempre à luz do dia. Vejam o que ele falou, por exemplo: aparecerão falsos profetas falando em meu nome, mas pelas suas obras vocês os conhecerão. Vejam como Cristo morreu, perseguido, torturado e assassinado por pessoas do time de vocês, iguais a vocês. Vocês agem nas trevas, por isso não são de Deus. ~~Deixem de cometer ao menos um pecado: parem de usar o nome de Deus em vão!~~

E parem também de pensar que nos ame-drontam ou nos dividem. Todos nós: padres da Diocese de Nova Iguaçu, Agentes de Pastoral da Diocese de Nova Iguaçu, Movimentos Diocesanos da Diocese de Nova Iguaçu e todo o Povo de Deus da Diocese de Nova Iguaçu — todos estamos com nosso Bispo Dom Adriano, estamos com nossa Igreja Diocesana, estamos com nossa Linha Pastoral. E estamos no bom caminho: prova disso é a qualidade da reação de vocês.

Comissão de Justiça e Paz

“Nenhuma bomba nos fará recuar”

Entrevista a J. M. Almeida

De cara se percebe que d. Adriano é um homem de posições firmes e essa fortaleza, de tal modo que é sensível, também é nele a mansidão e a cordialidade. Afinal, estamos para falar com um franciscano.

Nesta sexta-feira há muita gente esperando para falar com o bispo de Nova Iguaçu, que a direita-armada está tentando transformar em carrancudo chefe “comunista”... Depois de 45 minutos de espera, somos recebidos em seu modesto escritório, na Cúria Diocesana, bem ao lado da Catedral (pichada e bombardeada). Não temos que deixar identidade na entrada, ninguém nos revista, não temos que passar pelos olhares curiosos de nenhum “segurança”...

Não se trata de uma entrevista jornalística, mas de uma visita de solidariedade, e então a conversa corre tranquila e cativante. Alguém pergunta a d. Adriano se ele espera que as perseguições cessem.

— É difícil saber, porque o ódio (como o amor) é inventivo, criativo, inesperado nas reações. Não sei o que poderá voltar a acontecer. Creio, porém, que não vão parar, porque eles querem nos amedrontar. Aliás, pensam que estão nos amedrontando. No que estão enganados, né? Nenhuma bomba nos fará recuar.

Moldura a frase com um sorriso bom e com uma face serena, disfarçando muito bem o clima de tensão em que certamente está vivendo há alguns anos, e particularmente nestas duas semanas, depois que uma potente bomba explodiu embaixo do altar do Santíssimo, na catedral, ao lado, despedaçando o altar, o sacrário de bronze, as hóstias consagradas ali guardadas, afetando até mesmo a coluna mais próxima. Os destroços (menos as hóstias consagradas, já recolhidas) estão ali ainda, e no meio foi colocada a cena principal do presépio, com o Menino Jesus, N. Senhora e São José.

— Viram o nosso presépio? Não acham que foi uma boa idéia botar o Menino Jesus ali no meio dos destroços? Na verdade, é isso mesmo que está acontecendo aqui na Baixada Fluminense. Essa bomba no sacrário é apenas um símbolo infeliz do que estão fazendo com o povo pobre e simples daqui.

Pergunto se ele tem recebido muita solidariedade.

— Sim, e de toda parte. O apoio de São Paulo, ali com d. Paulo Evaristo, é sempre um dos primeiros a chegar; realmente, a Igreja de São Paulo é muito ágil. Hoje esteve aqui, também, o sr. Nuncio Apostólico. Conversamos quase duas horas. Veio trazer seu apoio, colocando a Nunciatura à disposição. Me perguntou porque essas outras coisas (como o Esquadrão da Morte) acontecem aqui na Baixada. Respondi que é porque aqui nada funciona: nem justiça, nem os serviços públicos, nem prefeito, nem polícia... O povo pobre está simplesmente abandonado pelos poderes públicos. Então, já se sabe que os crimes, os atentados acontecidos aqui na Baixada Fluminense dificilmente serão desvendados. Cometer crime por aqui é então um meio de facilmente ficar na impunidade”.

É um dos poucos momentos da conversa em que d. Adriano não sorri. Esse assunto é toda a causa do seu sofrimento e do seu trabalho pastoral. Podemos, realmente, percorrer vários bairros e cidades da baixada, e a impressão de abandono é a que primeiro salta à vista. Mais de duas pessoas nos contaram casos de corrupção, de dinheiro público que é destinado para os serviços daqui e que desaparece antes que as melhorias aconteçam.

O trabalho pastoral desencadeado por d. Adriano é todo ele voltado para o serviço desses pobres habitantes, na sua quase totalidade migrantes dos Estados do Norte e Nordeste, a mão-de-obra barata que produz a riqueza e a ostentação do Rio de Janeiro, e que vem dormir aqui na Baixada. Dormir pouco, diga-se, porque o serviço de transporte ferroviário é simplesmente péssimo. Conversamos com vários operários que se levantam às 4 horas e só retornam à casa ali pelas 9 da noite...

Não me lembro bem porque motivo a conversa com d. Adriano desemboca no assunto “elites locais”. E ele esclarece:

— “Realmente, não conto com nenhum apoio das elites políticas e econômicas daqui. Até mesmo os nossos católicos que vêm dessas elites, e quase todos membros de movimento como cursilhos, etc., percebo que sentem muita dificuldade para compreender o nosso trabalho pastoral, que, aliás, não tem nada de especialmente polêmico. No máximo, conseguem me dizer que é hora de prudência, que a gente precisa tomar mais cuidado, e coisas desse gênero! É claro que ainda não entenderam o problema pastoral aqui existente. Veja bem: o problema aqui não é tanto o Bispo, a minha pessoa. Qualquer que fosse o Bispo desta diocese, bastando ter um pouco de sensibilidade, certamente estaria tomando os mesmos rumos que nós tomamos, dada a situação de abandono, de miséria deste povo da Baixada.

Aleitamento materno

Irany Novah Moraes

O Est. SP

13/1/80

pg 5



Detalhe de um quadro de Giorgione (Veneza)

Aleitamento materno é assunto que hoje está, entre nós, na ordem do dia. Até então os esforços em incrementá-lo, na população de mães, eram isolados e resultado, praticamente, de trabalho de idealistas. Agora que o problema chegou ao nível da televisão, parece que o enfoque vai ter a dimensão e o alcance que merece. Hoje, governo e entidades privadas se estão mobilizando com tal desígnio.

A comunidade em nosso meio não está esclarecida e, talvez, nem sequer sensibilizada ainda para perceber o significado de tal problema. Muito há de ser feito neste sentido e todas as forças deverão ser arregimentadas.

Ao tornar a população consciente da importância da própria mãe aleitar, estará colaborando-se para reduzir os índices de mortalidade infantil que, aliás, são elevadíssimos, e, assim, criar um filho mais forte.

O ensino e a difusão dos conhecimentos sobre alimentação da criança têm, no decorrer dos anos, merecido atenção em todos os seus matizes, particularmente no que diz respeito ao aleitamento artificial.

Ao lado de muitos outros fatores responsáveis pela negligência em se conscientizar as mães a amamentarem seus filhos, convém lembrar que a literatura provida dos países desenvolvidos é, entre nós, sempre muito valorizada e ela costuma dar grande atenção à alimentação artificial da criança. Até certo ponto é compreensível que tal fato ocorra, pois não sendo esta a melhor maneira de alimentar a criança, precisa ser a mais ensinada. Mas, além desse aspecto, há, em jogo, interesses comerciais que envolvem a problemática.

A tecnologia avançada, ao lado da segurança e do conforto, paradoxalmente corrompe os costumes. O comodismo da mãe abonada e a facilidade para a mãe que trabalha são fatores a tornar o assunto ainda mais complexo.

O leite de peito, sendo natural, é fácil de ser obtido e de ser ministrado e, assim, muitas vezes, esquece-se de recomendá-lo com a devida insistência. Fez exceção a essa regra o mestre de pediatria paulista, o professor Pedro de Alcântara. Obviamente, seus seguidores persistem ainda nesta batalha. Aquele saudoso amigo com quem privei, quase que semanalmente, nos últimos anos de sua vida, sempre fez a mais enfática "propaganda desse produto".

É o melhor leite para a criança. Entregue da "fábrica" ao "Consumidor". Não precisa ser preparado. Não tem atravessadores. Mesmo que a mãe seja carente e fraca, ele não é. Além de tudo é gratuito. É no peito! (*ipsis literis*).

A fecundação da mulher ocorre quando seu óvulo é atingido pelo espermatozóide e forma-se o ovo. Este assenta-se no útero. Forma-se um "ninho" onde o novo ser vai desenvolver-se.

Mecanismo hormonal — Tal ponto de união entre mãe e filho é a "placenta", verdadeira glândula de secreção interna conhecida popularmente como "companheira". Ela tem extrema importância no binômio "mãe-filho" pelo papel de relevância modificando o perfil orgânico e funcional da mulher para gerar a criança. Sua atuação se faz graças à secreção de hormônios que são produtos ativos.

Um dos órgãos a responder tal estímulo hormonal é a mama. Um dos hormônios femininos — o *estrógeno* — produzido normalmente pelo ovário também o é pela placenta. O aparecimento desta faz aumentar a concentração desse hormônio no sangue o que acarreta repercussão para o lado das mamas, aumentando a vascularização e desenvolvendo seus ductos. Esse hormônio é o mesmo que no decorrer do ciclo menstrual da mulher, em certos dias, quando seu nível no sangue é mais elevado a faz sentir suas mamas turgidas.

O desenvolvimento dos ductos está na dependência da ação combinada com outros hormônios como os *corticosteróides* que são secretados normalmente pelas glândulas adrenais.

Outro hormônio feminino chamado *progesterona*, secretado também normalmente pelo ovário, participa desse complexo estimulando a formação dos lóbulos e dos alvéolos da referida glândula.

Os hormônios mencionados atuam conjuntamente no preparo da glândula mamária até o momento do nascimento da criança, quando, pela eliminação da placenta, cessa abruptamente tal contingente de produção hormonal. Esta súbita diminuição de *estrógenos* e de *progesterona* possibilita a ação da *prolactina*, hormônio este, produzido pela hipófise, que, agindo nas células da glândula mamária devidamente preparada, desencadeia a lactação.

A secreção da *prolactina* depende de reflexo nervoso estimulado pela sucção do mamilo. Este ato faz romper o mecanismo hipotalâmico que inibe a secreção de *prolactina* liberando-a e conseqüentemente levando a produção do leite.

O manuseio dos mamilos, em qualquer situação, aumenta sempre a produção da *prolactina* mas o leite somente será produzido se a glândula estiver devidamente preparada pela ação dos hormônios placentários.

Para complicar mais a compreensão do engendrado mecanismo da lactação admite-se que o hormônio hipotalâmico liberador da *tireotrofina* e que a própria *prolactina* inibam o fator hipotalâmico *gonodotrófico* da hipófise. Este, como seu nome indica, atua nas gônadas, o que explica a inibição da função do ovário de produzir o óvulo. Esta situação é responsável pela *amenorréia* (ausência da menstruação) e pela esterilidade no período da amamentação.

Compreender a interdependência de ação da grande maioria desses fatores pode ser difícil mas é muito fácil perceber que se trata de mecanismo extremamente complexo utilizado pela natureza para dotar a mãe da capacidade de produzir leite. Tal fato não ocorre por mero acaso. É programado pela genética. Todas as espécies animais, classificadas entre os mamíferos, seguem rigorosamente tal desígnio. É lei da natureza.

A mulher é a única que, voluntariamente, pode burlar tal lei. Ela não se deve esquivar a este privilégio. O exercício de todas as funções orgânicas é salutar. No caso, vai ser bom para a mãe e excelente para seu filho.

Há circunstâncias, decorrentes de doenças ou de problemas sociais, que levam a mãe a não ter condições de amamentar a criança. São situações lamentáveis, mas compreensíveis. Frequentemente, porém, por deliberação própria, ela resolve omitir-se. Todavia, aleitar, mais do que uma obrigação, é uma dádiva. Tal decisão costuma decorrer de falta de conhecimentos ou de informações distorcidas.

Na prática médica, há sempre uma figura que costuma interferir de maneira maléfica. É a "comadre". Esta comporta-se como sombra negra que explora todos os aspectos negativos das circunstâncias. Elas agem como fantasmas, aterrorizando a mulher inexperiente.

A mãe, rica ou pobre, culta ou ignorante, inteligente ou não, de qualquer religião, de qualquer raça, no momento da doença, da dor e da morte, é presa fácil das interferências emocionais.

Muito embora a gestação e o aleitamento não sejam, rotineiramente, situações patológicas, podem, entretanto, tornar a mulher vulnerável, suscetível a tais influências.

A credence distorce o conceito e a compreensão de que o aleitamento traz momentos de eterna beleza.

O pavor da mulher de perder a beleza de seus seios tem sido um dos fatores a prejudicar o aleitamento. Ela não sabe que, mantendo bem sustentadas as suas mamas durante todo o período em que estas aumentam de volume, tal risco é praticamente nulo. Também não sabe que o fato de aleitar a protege do câncer da mama, que tem incidência estatisticamente menor entre as mulheres que amamentam.

O aleitamento interfere na fisiologia feminina espaçando seus períodos de fecundidade, reduzindo os nódulos mamários, tão freqüentes, e que tanto preocupam as moças. Ele protege a mulher.

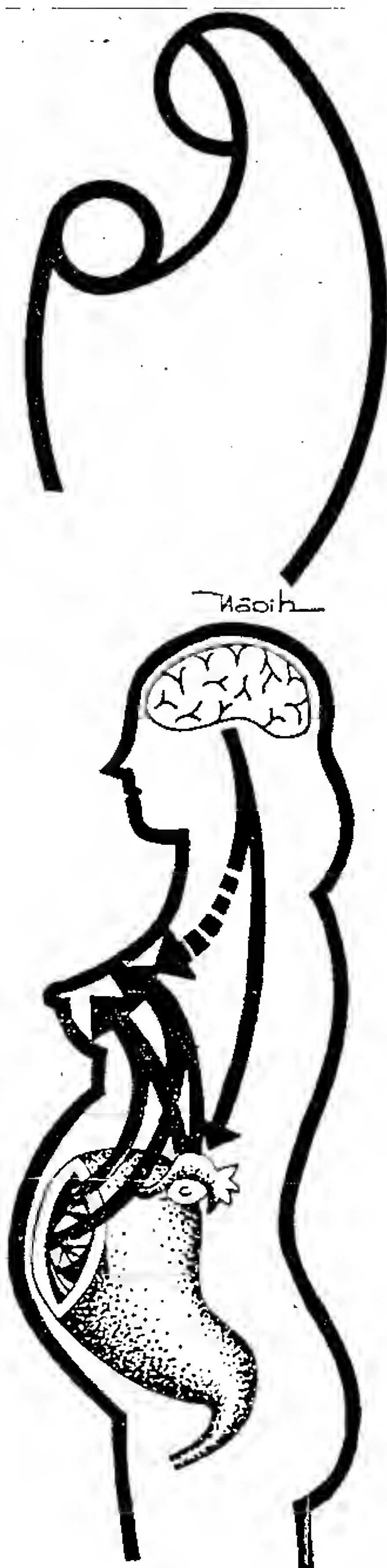
Não fossem suficientes esses benefícios que a amamentação produz às mães, outros, em maior número e de grande significado para a criança, deveriam bastar para empolgá-las a tal prática.

O leite materno transfere ao filho grande resistência às infecções, protegendo-o na fase inicial da vida, exatamente no período em que, pelo nascimento, ele é subitamente colocado a enfrentar o mundo.

Além dos elementos específicos que o leite de peito possui, ele é melhor digerido pela criança do que o de vaca. O leite materno é superior ao leite de vaca. Este fato significa possibilitar à criança crescer mais rapidamente se alimentada dessa forma.

Por outro lado devem ser ressaltados os aspectos espirituais que envolvem tal prática. O aconchego do ato de mamar cria entre mãe e filho um profundo clima de identificação e marca, para sempre, a personalidade da criança, preparando-a para saber transmitir e receber amor.

A difusão desses conhecimentos é um esforço a mais para ajudar a consolidar, nas bases, um brasileiro mais forte e certamente mais feliz ●



Comparação entre as composições médias do leite humano e do leite de vaca.

Elementos Características gerais (%)	leite humano	leite de vaca
água	87,60	87,20
sólidos totais	12,40	12,80
calorias	71,00	69,00
Composição fundamental (g%),		
cinzas	0,21	0,71
gorduras	3,80	3,80
lactose	7,00	4,80
proteínas	1,20	3,30
caseína	0,40	2,80
lactoalbumina	0,30	0,40
lactoglobulina	0,20	0,20
Aminoácidos (mg/1)		
histidina	230,00	800,00
isoleucina	860,00	2120,00
leucina	1610,00	3560,00
lisina	790,00	2570,00
metionina	230,00	870,00
fenilalanina	640,00	1730,00
treonina	620,00	1520,00
triptofano	220,00	500,00
valina	900,00	2280,00
Ácidos graxos (% do total de ácidos graxos)		
- não saturados:		
linoleico	10,60	2,10
oleico	37,40	17,70
palmitoleico	3,40	3,20
linolênico	traços	1,70
- saturados:		
palmitico	26,70	36,60
esteárico	8,30	8,10
mirístico	7,90	11,80
láurico	4,70	3,60
Minerais (mEq ou mg/1)		
sódio (mEq)	7,00	25,00
potássio (mEq)	14,00	35,00
cloro (mEq)	12,00	29,00
cálcio (mg)	330,00	1250,00
fósforo (mg)	150,00	960,00
magnésio (mg)	40,00	120,00
ferro (mg)	1,50	1,00
Vitaminas (UI, mg ou ug/1)		
A (UI)	1898	1025
D (UI)	21	13
C (mg)	43,00	11,00
tiamina (ug)	160,00	440,00
niacina (ug)	1470,00	940,00
piridoxina (ug)	100,00	640,00
riboflavina (ug)	360,00	1750,00

Origem: Pediatria Básica. Pedro de Alcântara e Eduardo Marcondes, 1974.

Projeto deixa a Febem só com o menor carente

Est SP 13/10/80 p 29

Os menores infratores de São Paulo, que ainda são atendidos diretamente pela Febem — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor —, deverão passar em breve para entidades particulares. Para isso, a Secretaria da Promoção Social aguarda apenas a volta do governador, que deverá dar o parecer final sobre o projeto em mãos de seus assessores na Casa Civil do Palácio dos Bandeirantes.

O secretário Salim Curiati explicou que "é desejo do governador encontrar uma solução rápida e viável para os problemas enfrentados atualmente pela Febem". O mais sério deles, apontado pelo próprio secretário da Promoção Social, é o estigma que persegue qualquer menor com passagem na Fundação:

"Embora existam cerca de 80 mil menores carentes no Estado e apenas 1% seja infrator, a tendência é pensar que toda criança que passou pela Febem cometeu delitos. Isso cria problemas com as famílias, que relutam em entregar seus filhos à Fundação, e dificulta a colocação dos menores no mercado de trabalho."

Segundo Salim Curiati, a Febem já mantém 530 convênios com entidades particulares que atendem principalmente ao menor carente, necessitado, com deficiências físicas ou mentais. O secretário afirma também que, até agora, todos estes convênios foram extremamente positivos porque, além de serem mais baratos para o Estado, têm dado melhores resultados na recuperação dos menores. Curiati explicou ainda que os assessores do Palácio estão analisando a viabilidade financeira e jurídica do projeto, que deverá em última instância receber o parecer do Juizado de Menores.

Embora a própria legislação e o recém-aprovado Código de Menores determinem que o assunto é da responsabilidade do Estado, o secretário da Promoção Social não acha que a passagem desse encargo social represente uma violação da lei.

"Quem dará a palavra final é o Juizado de Menores, que nos entrega a tutela do menor, mas o projeto visa apenas encontrar novas soluções de atendimento.

Em uma entidade particular, geralmente existe mais amor e dedicação já que, em geral, trabalham com voluntários".

O projeto tem sido tão bem aceito pelas autoridades ligadas ao Palácio do Governo que um dos interessados em estabelecer convênio, o ex-vereador José Antonio de Oliveira Laet, tem como certa a aprovação de sua proposta. Presidente da Associação Cristã de Amparo ao Próximo, responsável por entidades como "Casa do Papai", "Casa de Caridade Porta do Céu", "Granja Escola Irmãos Carlinos" e "Departamento Geriátrico Engenheiro Schmidt", ele não hesita em apresentar seus planos para quando conseguir também o convênio para cuidar dos menores infratores:

— O contrato prevê o pagamento de Cr\$ 8 mil mensais para cada menor abrigado por nós, com a validade de um ano a partir da assinatura e renovável por mais dois anos. Vamos cuidar de profissionalizar e reintegrar os menores infratores. Pretendemos desativar a unidade de Mogi-Mirim, considerada obsoleta e insegura, e reativar o corpo de segurança que atuava nas entidades, quando existia o convênio com a Promenor, para evitar que os menores caíam nas mãos da polícia.

Com esses planos, Oliveira Laet acredita que conseguirá a recuperação de 40 a 50% dos internos — "mais do que isso é utopia". Segundo ele, todo o esquema já está preparado: "Se eu assumir amanhã, já temos todos os funcionários, inclusive alguns técnicos de outros Estados".

Entre os planos do presidente da Associação Cristã de Amparo ao Próximo estão também o aproveitamento de apenas 15 dos funcionários da Febem, contratação de mais 500, nomeação de novos diretores para cada unidade e, no futuro, trazer todas as unidades do Interior para a Capital. Oliveira Laet afirma que, se sua proposta for aprovada pelo governador, passará a ser responsável pelos menores internados nas 17 unidades mantidas pela Febem, que por sua vez, se encarregará apenas dos carentes.

Para Antônio Luiz Ribeiro Machado, no entanto, todas essas notícias chegaram de sur-

presa e o presidente da Febem não acredita em sua veracidade. Ele tem opinião oposta à do secretário da Promoção Social, pois considera o problema do menor como responsabilidade do Estado e não concorda com a divisão da Fundação em entidades que cuidem exclusivamente do carente e do infrator: a separação "seria marginalizante". Para ele, a solução virá com a reformulação da própria Secretaria da Promoção Social que, através de uma nova política, abrangerá também a Febem.

Para mostrar o crescimento de menores infratores ou abandonados, em São Paulo, o presidente da Febem cita as estatísticas feitas a partir de 1977. Nesse ano, 20.846 menores foram atendidos pela Fundação, sendo apenas 3.898 registrados como infratores. Em 1978, a Febem atendeu 22.883 menores carentes, e mais 4.915 infratores. E no ano passado, embora o atendimento a carentes e abandonados tenha ficado em torno de 25 mil, sete mil menores infratores passaram pelas unidades mantidas pela Febem.

Ribeiro Machado reconhece que a maioria dos menores classificados como carentes ou abandonados (cerca de 36 mil) está sob os cuidados de entidades conveniadas, onde recebe habitação, alimentação, assistência médica, escolaridade e profissionalização. Os classificados como infratores estão distribuídos por cada uma das três unidades mantidas em Mogi-Mirim, Ribeirão Preto ou na Capital, conforme a sua periculosidade. Assim mesmo, essa divisão é determinada pelo juiz quando considera que a conduta do menor é imprópria para o convívio ou põe em risco a sociedade.

A maior contradição do projeto, no entanto, talvez esteja na parte financeira. Enquanto o secretário da Promoção Social pensa em termos "do que ficará mais barato para o governo" e Oliveira Laet declara que receberá Cr\$ 8 mil por menor internado, o presidente da Febem anuncia como boa nova o aumento de 100% na taxa mais alta paga pela Fundação aos convênios pelo leito-dia. Ela passará de Cr\$ 2.250,00 mensais para Cr\$ 4.500,00 por menor recolhido em outras entidades.

A mão armada do machismo

A violência permanente sobre as mulheres

Por Ligia Rodrigues e Maria Alice Rocha

No dia 18 de maio de 1979, um grupo de 100 mulheres, atendendo ao apelo do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e do Centro da Mulher Brasileira, reunia-se em frente à agência Rio Branco do Jornal do Brasil, realizando o que foi a primeira manifestação de rua do movimento feminista no Rio de Janeiro. O que motivou tal manifestação foi o fato de que 8 recepcionistas do JB haviam sido sumariamente despedidas: a primeira, após ter reclamado por ter sofrido um ato de agressão sexual — o editor Isaac Pilcher passou a mão nos seus seios — e as outras 7 por terem se solidarizado com ela e protestado contra a sua demissão. Se esse caso suscitou tanta mobilização foi porque chegou aos ouvidos de militantes feministas. Mas fatos como esse acontecem todos os dias pois para a mulher que trabalha, o cotidiano é feito de «cantadas» e agressões por parte de colegas e chefes (esses, inclusive, se aproveitando de sua condição de poder). Quantas mulheres, como essa recepcionista, não terão perdido seus empregos por terem reagido?

Um outro caso, desconhecido da imprensa, mas extremamente «pitoresco», ilustra as agressões de que as mulheres são vítimas pelo simples fato de andarem na rua: «Sonia Maria saía da praia na companhia de sua filha de 3 anos e repentinamente foi agarrada por trás por um indivíduo de nome Bismarck que lhe mordeu a bunda! Se a cena não tivesse sido presenciada por 2 policiais o caso teria parado aí. Mas com 2 testemunhas tão «inquestionáveis», Sonia decidiu dar queixa e Bismarck foi enquadrado na Lei de Contravenções Penais. O detalhe revelador é que o advogado de defesa sugeriu ter havido provocação pois Sonia vestia um short ou nas palavras por ele usadas: «exibia ostensivamente as coxas». Aí se percebe a idéia feita de que as agressões de rua são um tipo de «paquera» ou ligadas a alguma forma de atração sexual. A verdade é bem outra: um homem que quer paquerar uma mulher não morde sua bunda, nem tampouco lhe faz observações obscenas. Essas são atitudes de agressão, que nos humilham particularmente por reduzirem nossa sexualidade a um objeto: são umas das tantas maneiras pelas quais se manifestam o desprezo e o desrespeito com que nós, mulheres, somos tratadas nessa sociedade. Pensando quão frequentemente hesitamos ou deixamos de sair sozinhas por medo destas humilhações é que entendemos o quanto essa violência é uma arma eficaz para nos manter submissas e dominadas.

A violência está dentro de casa

Mas a rua não é o palco da violência maior que se abate sobre a mulher. Dentro de casa, a condição de submissão ao marido, sacramentada pela legislação, a coloca na posição de vítima em potencial: é tratada com desigualdade pelo Código Civil, não tem a proteção do Código Penal que não configura o estupro dentro do casamento, nem da Justiça que hesita em todas as suas instâncias em levar adiante suas queixas de espancamento. Não é de espantar o número de casos de mulheres espancadas dentro de casa e até mesmo assassinadas, que se pode recolher na imprensa diária. Um exemplo disto é o caso de Miriam Mello (ver JB, maio 79), que depois de 15 anos de maus tratos e espancamento por parte do marido, decidiu separar-se e acabou sendo por ele assassinada.

Já o caso de Isis M. dos Santos (ver JB, agosto 79) ilustra também outra forma de violência que ocorre dentro da família: durante algum tempo ela suportou o fato de que seu marido, além de espancá-la, obrigava a filha de 13 anos a manter relações sexuais com ele. Quando Isis tentava impedir era violentamente agredida e, um dia, transtornada, matou-o com 5 tiros. Um caso como esse deve perturbar aqueles que querem nos fazer acreditar que o estupro é sempre obra de marginais, assassinos ou doentes mentais. Essa tese é reforçada pela imprensa pois a maioria dos casos de estupro que chegam a ela está relacionada com assaltos, assassinatos e outros tipos de violência. Entretanto, sabe-se que o estupro não só é sub-relatado como na maioria dos casos o estuprador tem relações próximas com a vítima. Recentemente, um exemplo particularmente chocante dessa situação ocorreu em Campinas, SP. Aldo Ian, 21 anos, estudante da PUC, tentou violar Rose Maristela, amiga de sua namorada Mônica. Como ela reagisse, Aldo deixou-a sem sentidos e assassinou-a com 49 golpes de tesoura!

Prostituição: violência permanente

Existe uma categoria de mulheres para as quais a violência começa com o próprio meio de subsistência: as prostitutas, que empurradas pela miséria e pela inexistência de alternativas são obrigadas a vender o próprio corpo. Sobre elas paira sempre o espectro dos cafetões, da polícia e da violência dos próprios clientes — a ameaça de morte faz parte do seu dia a dia. Recentemente, Maria Regina, prostituta da Boca do Lixo de São Paulo, foi assassinada por mais um jovem de boa família, Dan Brum, estudante de odontologia. Isto provocou a revolta de suas colegas.

Os policiais reagiram prendendo e torturando barbaramente algumas delas e «desaparecendo» como Rose há algumas semanas.

Se a justificativa de «desequilíbrio mental» não é válida para a maioria destes violadores e assassinos (embora evidentemente existem casos em que isto acontece), não podemos menosprezar o papel que joga o conhecimento da possível impunidade. Essa impunidade dos assassinos de mulheres é uma constante na justiça brasileira e aí estão para prová-lo casos como os de Angela Diniz, Araceli, Claudia Lessin Rodrigues. E se essa impunidade é também a da classe dominante, à qual pertencem seus assassinos, ela é a consequência lógica do caráter patriarcal de nossa sociedade. Todos esses homens, desde os «famosos» «Doca» Street e Michel Frank até os numerosos filhos do povo que só merecem uma pequena coluna no «O Dia», nada mais são do que a mão armada da «doença social» chamada machismo.

Iramaya Benjamim

(do CBA do Rio de Janeiro)

Creches perto dos locais de trabalho das mães ou dos pais?

A meu ver, o feminismo, isto é, a luta pela emancipação da mulher da tradicional tutela masculina, vem sendo desenvolvida de maneira errada não só no Brasil como em muitos outros países. Isto porque essa luta deve, na minha opinião, ser levada indiscriminadamente por homens e mulheres, pela sociedade em geral, visto que se trata de uma luta eminentemente social: o que se pretende é transformar a sociedade, mais do que alcançar esta ou aquela reivindicação. O que se deve ter por objetivo final é a transformação de toda uma mentalidade machista, que não permite à mulher salário igual para trabalho igual, acesso a determinadas carreiras etc., etc.

Então, quando as mulheres se unem entre si, contrapõem-se aos homens, fazem uma política errada, transformando-se, a si próprias, em verdadeiros quistos dentro da sociedade, o que não as leva a nada.

Se se conseguisse despertar os homens para a justiça do mérito da luta feminista, mostrando a eles o seu alcance social, aí, sim, essa luta se transformaria em um

verdadeiro movimento social com muitíssimo maiores possibilidades de êxito, e colocações errôneas tais como a reivindicação por "creches perto dos locais de trabalho das mães" poderiam ser revistas, e substituídas por "creches perto dos locais de trabalho das mães ou dos pais", visto como o cuidado com os filhos deve caber tanto à mãe quanto ao pai. Isto apenas para se dar um exemplo.

Portanto, acho que, antes de se lutar por esta ou aquela reivindicação particular, o que só faz diminuir o movimento, deve-se, sim, tentar carrear toda a sociedade, homens e mulheres, indiscriminadamente. Para essa luta, que não visa beneficiar só as mulheres, mas a sociedade como um todo.

Iramaya Benjamim
em dezembro 79



Itala Nandi

(atriz)

A legalização do aborto é inadiável

Em depoimento sobre a condição da mulher e o feminismo, a atriz Itala Nandi ressaltou a necessidade do movimento se estruturar a partir de ações concretas como a criação de creches, a luta pelo aborto livre e pela criação de centros contra o espancamento de mulheres e de crianças. Só assim, diz ela, "podemos chegar a uma politização maior da mulher e do homem porque, muitas vezes, por submissão excessiva da mulher, não se mostra aos homens o comportamento que eles têm".

Considerando a luta das mulheres como integrante do próximo movimento histórico, a revolução dos oprimidos, Itala vê a conscientização da mulher sobre sua condição como um passo fundamental para a conquista de um novo papel social. Só através da conscientização a cultura e a problemática femininas serão reveladas. Se algumas mulheres se liberaram, a nível individual, todas as mulheres podem se liberar. E, citando Brecht, "se uma pessoa sabe cantar, todas sabem cantar", reafirma a possibilidade que todas as mulheres têm de criar condições para a realização desse potencial.

Os maridos não podem continuar impunes

Em relação às creches, propõe um planejamento setorializado, uma creche a cada seis quadras, e para isso acha importante que tanto o Estado quanto outras entidades, associações culturais e os sindicatos, se conscientizem da importância das creches e contribuam para sua instalação. Sua proposta de criação de pronto-socorro contra o espancamento de mulheres e crianças assemelha-se ao que já existe na França. A criação de abrigos para mulheres e crianças espancadas não só tem por objetivo imediato, o de oferecer um espaço a essas pessoas, como, a nível social, leva a público a discussão da impunidade dos maridos e companheiros. A própria criação dos centros, segundo Itala, "politiza a população pois se passa a discutir o porquê da exis-

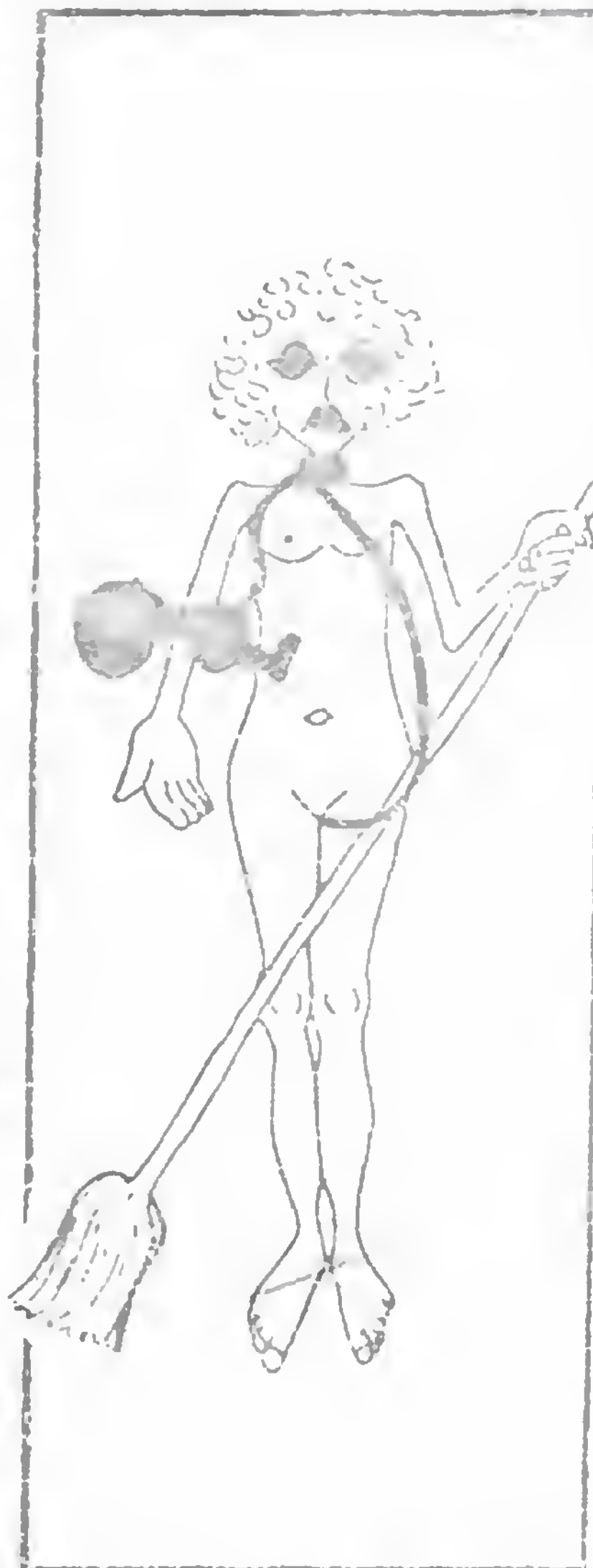
tência de órgãos contra o espancamento". Se na França, "um país extraordinariamente evoluído, onde as mulheres conquistaram muitos direitos que nós não temos, 65% das mulheres espanham, aqui, neste país subdesenvolvido deve existir 100% de espancamento".

Quanto ao aborto, Itala defende "o direito de primazia da mulher na decisão. A mulher tem uma responsabilidade maior porque a criança vai ser gerada dentro dela. Suas condições psicológicas é que influem na criança, não as do homem. Assim, a mulher tem que optar por não ter o filho ou ter dez filhos com a vontade suprema dela, não sua vontade relativa. Cabe de fato à mulher a última palavra com relação a ter ou não ter a criança. Por isso sou absolutamente a favor do aborto porque o que tem de mulher que pare sem querer é a maioria da maioria da maioria. Tenho a impressão que a maioria das mulheres tem o filho porque engravidou por acaso ou porque seu companheiro quer muito. E acho isso uma injustiça".

Por um salário criança

Para Itala, a questão da legalização do aborto não deve vir sozinha. Considera que "o Estado pode legalizar o aborto e, ao mesmo tempo, criar o salário-criança. Isto ajudaria a mulher a pensar na possibilidade de ter o filho, assegurando a ela um mínimo de condições financeiras". Para ela, seria imprescindível uma conscientização sobre o significado do aborto mas acha positiva sua legalização "mesmo que seja vertical, mesmo que não atinja todas as mulheres, é positiva que a mulher possa optar livremente sobre o que ela vai criar. Acho que a mulher deve ter, acima de tudo, o direito de escolher, independente dela estar em boas condições físicas, independente dela ter uma boa relação com o companheiro, independente de qualquer coisa.

Ela tem que se permitir o direito de pensar nela naquele instante,



sem culpa, de pensar nela como um ser que pare outro".

Da mesma maneira que é importante a conscientização sobre o aborto, Itala aponta como prioritário o acesso à informação sobre os anti-concepcionais já que no Brasil "não há nenhuma cultura informativa. Agora, depois de 20 anos, as mulheres que tomaram pílulas nos anos 60 começam a ter problemas. Agora é que analisam os efeitos colaterais da pílula e eu mesma tive problemas de nódulos nos seios por causa da pílula".

Finalizando seu depoimento, Itala afirma que "o que falta à mulher é consciência de classe pois as mulheres são uma classe social. Por isso seus problemas têm que ser resolvidos a nível coletivo e não individualmente como tem sido feito".

Liberação legal do aborto: uma

Independente do fator ético (nunca desprezível), a opção para muitas mulheres é prática

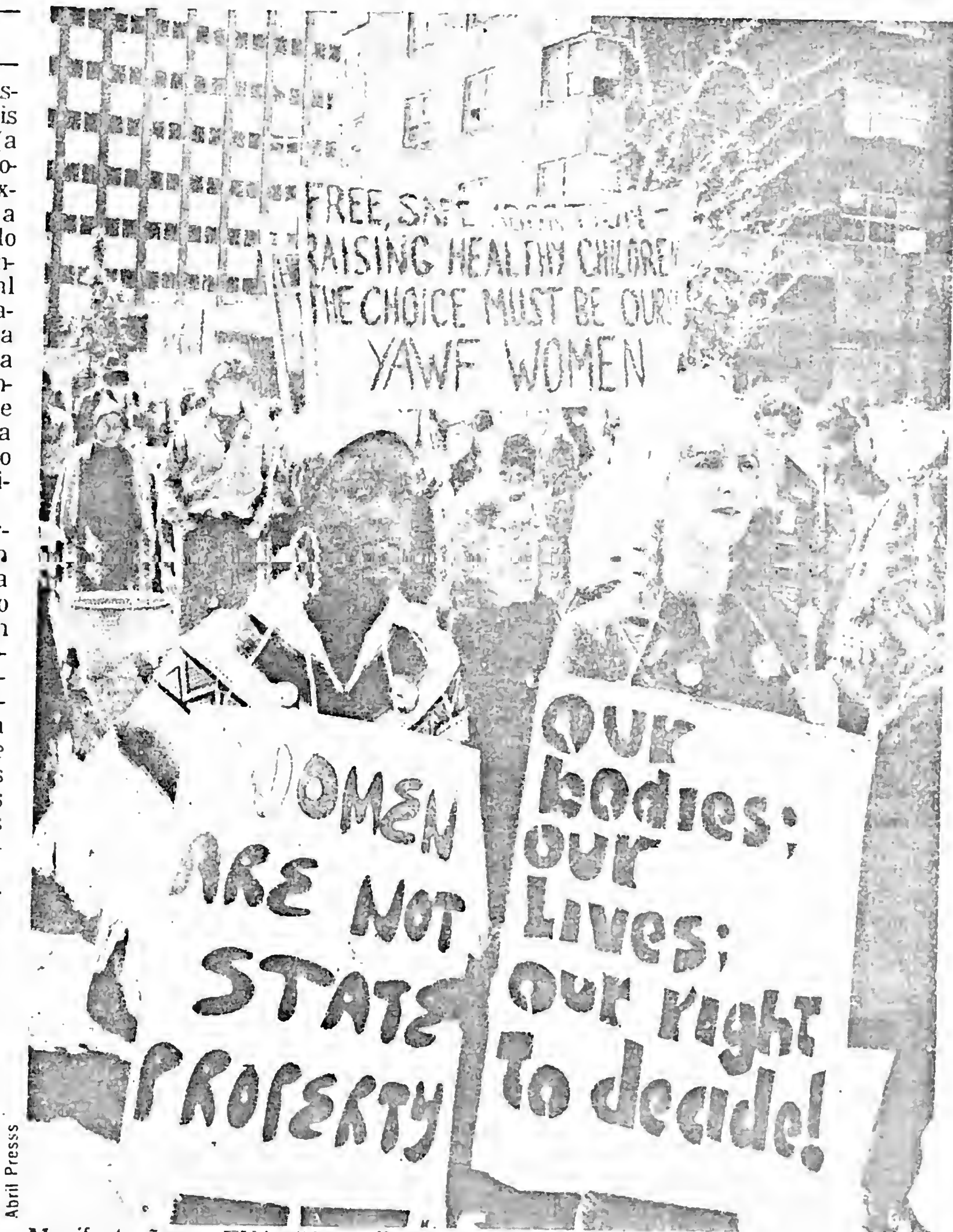
questão que se tornou política

o aborto, em condições muitas vezes penosas, ou ver o filho morrer à míngua e em pouco tempo

Maria Carneiro da Cunha

A questão do aborto tem estado constantemente nas manchetes dos jornais nos últimos tempos. Há um mês (a 28/11) foi votada na França a prorrogação da lei Veil (do nome da ex-ministra da Saúde Simone Veil que a apresentou há cinco anos a título provisório). Em dezembro, o parlamento de Israel votou o fim do aborto legal no país por pressão do partido ultra-ortodoxo, que ameaçou se retirar da coalizão governamental, deixando-a em minoria. Na Espanha, multiplicam-se as manifestações de mulheres, que se concentram em grande número para protestar contra julgamentos por motivo de aborto, seguindo uma tática já utilizada com êxito na França e na Itália.

Tais fatos mostram que o aborto tornou-se uma questão política e que a ela não se trata de uma questão política e que a ela são dadas soluções diversas de acordo com as oscilações políticas vigentes em determinadas épocas e países. A procriação, constituindo um fator fundamental para todas as sociedades humanas, tem sido sempre sujeita a uma série de regras e limitações que se traduzem também nas legislações modernas. Em nossas sociedades, os ônus, impostos particularmente às mães, vêm sofrendo inúmeras contestações que se centralizam na questão: a sociedade tem o direito de constranger uma mulher à maternidade, quando esta última a julga indesejável? A resposta vai depender da concepção predominante sobre a sexualidade e da posição que a mulher ocupa dentro dessa sociedade.



Abril Press

Manifestação nos EUA: "As mulheres não são propriedade do Estado"

As mudanças na doutrina católica

Mas a questão nem sempre se apresenta de forma assim tão simples. Isso ficou bem claro por ocasião da recente votação na França, que não constituiu qualquer progresso para uma maior liberação, já que todas as limitações foram mantidas: o prazo máximo de 10 semanas, o não reembolso dos custos da operação pela previdência social e a possibilidade de um médico-chefe de hospital apresentar a chamada "objeção de consciência", determinando o comportamento de todos os seus subordinados. Foram essas limitações que fizeram com que a lei "Veil" fosse considerada insatisfatória pela maioria das mulheres francesas, colaborando também para que persistisse no país a indústria dos abortos clandestinos, mesmo depois da instituição da lei.

A atual prorrogação só foi obtida pelo voto de socialistas e comunistas, porque muitos deputados da maioria, que antes tinham votado a favor, agora votaram contra (como é o caso do ex-primeiro-ministro Jacques Chirac), sob a alegação de que o país estava passando por uma grave crise de baixa natalidade. Este é um dos argumentos preferidos dos antiabortistas, embora diversas pesquisas tenham demonstrado que não há qualquer influência direta entre a taxa de abortos e a baixa natalidade. Tenta-se atribuir esta exclusivamente às mulheres, mas ficou evidente que o desejo de ter poucos filhos é o resultado de uma tendência de toda a sociedade e que a influência dos homens para esse resultado é também considerável.

Nesses argumentos ligados a questões demográficas é que mais se revela a coloração fortemente política que as

posições contra ou a favor da liberação do aborto podem assumir. Não é a vida que está em jogo e sim o poder, já que ter uma população numerosa é um fator de maior poderio militar ou econômico. Essa conotação é particularmente nítida na filosofia do fascismo, que considera a mulher estritamente como uma produtora de "filhos para a pátria", enaltecendo por esse motivo a figura da mãe e incentivando pela propaganda as famílias numerosas. O que não se diz explicitamente é que os tais "filhos da pátria" destinam-se muitas vezes não à vida e sim à morte, através de seu uso em guerras expansionistas.

Entretanto, todos os grupos que se opõem ao aborto apresentam-se como defensores do "direito à vida" e é aí que surgem as contradições mais interessantes, como é o caso de certas organizações norte-americanas, que defendem o "direito à vida" dos pobres fetos, mas que são ao mesmo tempo, favoráveis à pena de morte. O argumento invocado é curiosamente de ordem religiosa: as almas dos condenados por tribunais criminais devem ser tratadas de forma diferente das almas inteiramente inocentes das crianças ainda não nascidas. Incidentalmente, as mesmas organizações acham perfeitamente natural receber subsídios da África do Sul, se isso servir à "causa" que defendem.

Outros argumentos contrários estão mais ligados a motivos éticos ou religiosos, como é o caso da posição oficial da Igreja Católica, que parece se en-

caminhar para uma rigidez ainda maior nesse ponto, como se pode depreender dos inúmeros pronunciamentos do papa João Paulo II. A Igreja assimila o aborto ao infanticídio, por considerar que a alma humana já existe no feto desde o momento da concepção. Mas a doutrina católica a esse respeito não tem sido uniforme ao longo dos tempos. Para S. Tomás de Aquino e outros pensadores medievais, o aborto só era considerado homicídio quando a alma penetrava no corpo, o que se supunha que ocorria depois de 40 dias da concepção para os meninos, e 80 para as meninas. Essa teoria foi consagrada no Concílio de Trento (1545-63) e aplicada durante séculos, até que em 1869, o papa Pio IX suprimiu a distinção entre o aborto durante a primeira fase do embrião e seu desenvolvimento posterior.

O que caracteriza essa posição, que é também a das inúmeras legislações punitivas, é o fato de considerar o aborto em termos individuais, isolando-o do contexto em que está inserido. Na imensa maioria dos casos, o que faz com que um filho não seja desejado é sobretudo a pressão de fatores sociais que o tornam um encargo excessivamente pesado para o indivíduo (como é o caso da mãe solteira em diversos países) e condições econômicas de extrema penúria, que tornam praticamente impossível criá-lo em condições humanas. Como esses fatores continuam sempre existindo, o resultado é que o aborto prolifera em condições clandestinas e perigosas, apesar de todas as sanções penais ou

religiosas, constituindo além disso o objeto de uma indústria florescente e lucrativa, onde, como em tantas outras, o ser humano é considerado apenas como mercadoria.

Mesmo considerando que o fator ético nunca é desprezível, a opção que se coloca para um número imenso de mulheres é o de praticar o aborto, em condições muitas vezes penosas e humilhantes, ou ver seu filho morrer à míngua antes mesmo de completar um ano de idade. Este é o seu único "direito à vida", que transforma o aborto num típico "crime" econômico. As mulheres com mais recursos econômicos têm mais opções e se optarem pelo aborto dificilmente serão condenadas. Mas terão que pagar um preço bastante alto por uma intervenção relativamente simples e não deixam de correr sérios riscos. É impossível denunciar qualquer imperícia nessas condições.

No Brasil, milhões de abortos por ano

No Brasil, ele continua a ser punido com penas que vão de 1 a 4 anos de prisão, o que não impede que o número de abortos em diversas cidades brasileiras supere o número de nascimentos. Em virtude dos tabus que cercam o assunto e principalmente dos interesses daqueles que fazem da exploração do aborto a sua principal fonte de lucros, as tentativas de realizar pesquisas sérias e objetivas sobre a questão enfrentam sérios obstáculos e os dados existentes são obtidos geralmente por extrapolação. Segundo estimativas conservadoras, o número de abortos entre nós giraria em torno de 3,5 milhões por ano, considerando-se que 1/4 das mulheres férteis engravida e a metade desse total aborta. Mas o mais grave é que devido às péssimas condições sanitárias em que a maioria dos abortos é realizada, 20% do total se transformam em infecções e destes a metade ocasiona óbitos. Isso envolve a ocupação de grande número de leitos hospitalares, o que faz do aborto nas atuais condições, não só uma grave ameaça à saúde e à vida de grande número de mulheres, como um oneroso encargo social.

Esses são fatos notórios que ninguém pode ignorar, o que não impede que qualquer proposta ou posição favorável a uma maior liberação do aborto (para que ele se faça em condições melhores para as mulheres e para a sociedade, já que não deixa de existir mesmo sendo considerado crime) provoca sérias resistências, algumas facilmente identificáveis. Alguns se utilizam dos argumentos religiosos como fachada, mas tudo indica que sua verdadeira religião é a do lucro fácil. Observa-se assim, que colocar o aborto em termos de culpabilidade individualizada, sem nenhuma consideração pelo contexto social e econômico, não resolve de forma alguma o problema.

Nos últimos dez anos, entretanto, apesar de todos os obstáculos e argumentos contrários, a tendência foi para uma crescente liberalização do aborto nos países mais desenvolvidos, em consequência da pressão exercida pelos movimentos feministas. Estes defendem o aborto livre, não porque achem que seja a melhor solução, mas porque ele devolve até certo ponto à mulher, o poder de decisão sobre o que ocorre com o seu próprio corpo. Nas legislações repressivas, o corpo de mulher é politizado, culpabilizado e criminalizado, sem que ela possa dar sua opinião a respeito, pois não participou da elaboração das leis.

Nos últimos anos, através da organização, as mulheres puderam influenciar mais, utilizando inclusive manifestações de massa nas ruas. Na Itália, um país católico, a legislação permitindo o aborto foi aprovada em 1978, após inúmeras concentrações que chegavam a reunir 50 mil mulheres, que tiveram que lutar não só contra as posições da Igreja Católica, mas também contra a maioria da classe médica: 75% dos médicos mostraram-se contrários, transformando-se de repente em católicos fervorosos ante a perspectiva de perder as boas rendas dos abortos clandestinos.

Em outros países como a Suécia, a Dinamarca, a URSS (com oscilações) e o Japão, uma legislação mais liberal nesse setor já existe há bastante tempo. No Japão, o aborto é permitido há mais de 30 anos e constitui o método de limitação de nascimentos mais empregado, já que nem o DIU (já inventado) nem a pílula obtiveram sucesso entre a população. Outro ponto que é preciso destacar é que o aborto está intimamente relacionado com a contracepção. Há um consenso geral de que abortar é um último recurso, quando os métodos contraceptivos falharam ou não foram utilizados por ignorância. Considera-se então que quanto mais aperfeiçoada e espalhada for a contracepção, menor será o número de abortos.

Muitas vezes, o último recurso

No momento, o maior peso da contracepção continua a caber à mulher e o método mais utilizado atualmente, a pílula, continua sob graves suspeitas de prejudicar a longo prazo o organismo feminino, favorecendo o surgimento de enfermidades degenerativas. Fala-se muito das seqüelas provocadas pelo aborto (que ocorrem principalmente nas condições pouco satisfatórias do aborto clandestino), mas fala-se muito menos das possíveis seqüelas do uso constante dos contraceptivos orais, mais divulgados nos países desenvolvidos. O aborto é sempre um método mais traumatizante em termos individuais e mais caro em termos de custos sociais, mas continuará a se colocar como opção enquanto a contracepção não for mais aperfeiçoada. Existem já produtos de eficácia equivalente à das pílulas atuais, cujos efeitos paralelos são muito menores ou praticamente nulos. Porém, não são comercializados em grande es-



Manifestação na Itália: "O aborto é violência; mas, maior violência é um filho não desejado"

cala pelos laboratórios multinacionais, porque sua matéria-prima é mais cara e não daria os mesmos lucros que os produtos atuais.

Há alguns anos a contracepção era quase tão proibida quanto o aborto e havia inúmeras legislações (como a lei francesa de 1920, só reformulada em 1967) que consideravam como crime a propaganda de produtos contraceptivos. Atualmente, isso nos parece um absurdo numa época em que o próprio governo distribui pílulas de graça; mas o que pouca gente percebeu é que certas coisas mudaram porque havia fortes interesses em jogo. Agora a proibição concentra-se no aborto, porque ele dá mais lucro sendo proibido do que sendo liberado.

Num mundo em que a única religião mundialmente admitida parece ser exclusivamente a do lucro, fica um pouco difícil recorrer a argumentos religiosos ou éticos para manter uma situação comprovadamente prejudicial aos seres humanos envolvidos, que também merecem ser defendidos. As centenas de milhares de mulheres que morrem em consequência de abortos realizados nas piores condições possíveis, também têm direito à vida.

Colocar filhos no mundo não pode ser considerado como um dever ou uma obrigação. É uma opção e sobretudo um ato de fé no futuro. Recentemente, um grupo de mulheres francesas inaugurou uma greve bastante original: recusam-se a ter filhos enquanto for permitida a expansão de usinas nucleares em seu país. Descobriram que a procriação também pode ser um ato político. Aqueles que nos roubam a esperança no futuro, que atirem a primeira pedra. Apesar de tudo, inúmeros homens e mulheres continuam e continuarão a desejar ter filhos, já que a perpetuação através deles é uma das mais fortes tendências do ser humano. Só que muitos desejam também para eles uma vida em condições mais humanas e mais dignas, por considerarem que este é o verdadeiro "direito à vida".

O meu filho, numa Creche!

Formada, em Reunião Aberta de 8/1/80, uma comissão de funcionários, para saber da administração do DESPA sobre a implantação do benefício creche, já que ela estava prevista para Janeiro/80, foram dadas as seguintes informações: Após análise do estudo efetuado pelo DEPES (Brasília), com vistas à implantação de creche aos funcionários do banco, o diretor de administração fez várias considerações a respeito da questão, sendo de conhecimento apenas a confirmação de que o sistema de livre escolha deverá ser adotado. Referido plano foi devolvido aquele departamento para reestudo, não havendo previsão para sua conclusão. Espera-se para breve que o problema seja solucionado.

Um ponto importante, a nosso ver, e que não ficou definido é a faixa etária a ser atendida, pois a proposta do Banco fica entre 1 a 3 anos no máximo, e a necessidade real dos funcionários é de um atendimento até 6 anos.

Para comprovar, de forma concreta, essa necessidade inadiável de creche até os 6 anos, pesquisou-se entre 77% dos funcionários do DESPA que têm filhos na idade de 0 a 6 anos. (dados mostrados no quadro abaixo).

Pesquisou-se também, quais os motivos que levam os pais a colocarem, ou não, seus filhos em escolinhas maternas. Concluiu-se que os menores de 3 anos normalmente não as frequentam, tendo em vista o alto custo das escolas nesta faixa de idade. Além disso, sendo as crianças muito pequenas, exigem cuidados especiais que só uma boa escola, e daí muito cara, poderia oferecer. À medida que as crianças crescem, surgem problemas quanto a sua socialização, o que obriga os pais a procurarem ou almejam uma boa escola para seus filhos, onde haja condições para o desenvolvimento sadio de sua personalidade.

Assim, das maiores de 3 anos, quase todas já frequentam escolas, que nem sempre são as desejadas, pois as melhores, além de caras, apresentam problemas de incompatibilidade de horário com o do Banco.

Disso tudo podemos inferir que os percentuais acima, combinados com os depoimentos apresentados pelos funcionários, indicam que, afora as crianças que ficam sob os cuidados

diretos da mãe, as outras ou ficam com empregadas e babás, numa proporção um pouco menor (o que denota a dificuldade, várias vezes relatada, de se encontrar tal força de trabalho e que seja confiável), ou com parentes e conhecidos, numa porcentagem um pouco maior, indicando que preferem usar desse auxílio, desde que possível, ao invés da 1ª solução. O restante delas, incluindo eventuais crianças que, mesmo podendo ficar com suas mães (esposas de funcionários), ainda assim vão para as escolinhas maternas ou creches, utilizam-se dessas instituições que, por serem especializadas no trato de crianças e dadas as dificuldades encontradas no uso das outras opções, se mostra a solução mais adequada para os nossos dias.

Porque os funcionários não utilizam a creche

O principal motivo alegado pelos pais é o alto custo da creche. Na faixa de 0 a 3 anos de idade, as escolas são mais caras, dado o tratamento especializado a elas dispensado. Aliado a isso, a pesquisa revelou um certo receio dos pais de que as crianças sejam maltratadas nas creches. Ao mesmo tempo, muitos consideram que se as escolas forem de bom nível, isso dificilmente ocorrerá; ao contrário, proporcionarão aos filhos um desenvolvimento sadio ao lado de outras crianças, evitando que elas se tornem, a exemplo da grande maioria de crianças que ficam somente sob os cuidados de adultos, crianças agressivas, nervosas,

mimadas, chegando mesmo a casos de tratamentos psiquiátricos.

Os problemas em deixar com adultos, empregadas, parentes ou conhecidos

Os pais que se vêem diante do problema de onde deixar seus filhos enquanto trabalham e que não têm condições que os animem a colocá-los em creches, acabam optando por empregadas ou parentes e conhecidos, mesmo sabendo dos grandes inconvenientes. Não se trata aqui, de discutirmos o desempenho de empregadas junto aos filhos de funcionários. É apenas a constatação de um fato no dia-a-dia dos pais. A importância de pessoal especializado no trato de crianças torna-se clara ao considerarmos esta fase de desenvolvimento e aprendizagem. Não são raros os casos de crianças que, por não receberem tratamento adequado, apresentam problemas de ordem psicológica, de dicção e, até mesmo, sexuais. Além disso, não se pode confiar na assiduidade de empregadas: muitas faltam sem aviso ou demitem-se de um dia para o outro, obrigando a mãe a encontrar outra solução rapidamente.

Quanto ao fato de deixarem os filhos com parentes ou conhecidos, se por um lado os pais têm mais confiança nessas pessoas, por outro lado existe, muitas vezes, o caráter de "favor prestado" por estes parentes, o que contribui para prejudicar as relações entre pais e filhos, além do que pode haver o problema dos parentes mimarem muito

as crianças, ou mesmo terem visão educacional nem sempre semelhante à dos pais, com conseqüências não desejáveis para o ajustamento futuro delas.

Aqueles que deixam em creches

"Além da notável melhoria verificada no comportamento social, fato que eu acho da maior importância, meus filhos estão brincando, aprendendo artes manuais (pintar, modelar, colar, riscar, etc.), coisas que a mãe, por dificuldade aprenderiam em casa, tendo o pouco tempo que dispõe para eles". "O mais velho (2 anos e meio) está na escola há 3 meses e o desenvolvimento social. Está bem mais seguro, não se refere a "coisas novas" e participa bem coletivo". Esses depoimentos bem que as expectativas das crianças em relação às escolas são bastante positivas.

De modo geral, para a maioria de dúvida que as crianças que passam o dia em creches/escolas, convivendo com outras crianças, se socializam mais rápida e facilmente, tornam-se muito mais independentes, mais cooperativas, com menos problemas de ciúme dos irmãos, e menos "agarradas" aos pais. Isto tudo, aliado à certeza de que a criança estará sempre assistida (sem o perigo da empregada pedir demissão, ou dos avós viajarem, etc), contribui para uma tranquilidade maior dos pais, diminuindo o número de faltas e atrasos, por imprevisto com os filhos.

Por outro lado, vale a pena salientar que muitos pais que já têm o seu primeiro filho em escola tipo creche, pelas experiências bem sucedidas, têm colocado ou pretendem que o segundo a frequente mais cedo.

Isto mostra que o preconceito existente de que creche é sinônimo de "abrigo de crianças abandonadas" vem sendo derrubado, criando-se, ao invés disso, a expectativa de que a escola seja um lugar onde a criança vai ter oportunidade de ter um desenvolvimento social, psicológico, físico e mental bem mais aprimorado.

Essa pesquisa e os depoimentos colhidos entre os funcionários trazem algumas opiniões sobre a funcionalidade da creche, o que certamente vem contribuir para o debate sobre a questão. Um certo receio, revelado pelos pais que preferem deixar seus filhos com parentes ou empregadas; um entusiasmo, um otimismo pelos que podem notar em seus filhos, um comportamento psico-social desenvolvido mais positivamente pelo convívio com outras crianças.

Creche: um debate atual

O que é interessante notar é que essas conclusões diversas remetem a um problema social de nossa época. Algumas recentes publicações trazem discussão sobre a importância da creche, também baseada em fatos concretos, revelados sob forma de

Com quem ficam os filhos de funcionários durante o expediente?

Com empregadas ou babás	65	18,9: %
Sob cuidados de parentes ou conhecidos	88	25,6: %
Com a mãe(esposa de funcionário)	115	33,4: %
Frequentam creches ou escolinhas maternas	76	22,1: %
TOTAL	344	100,0: %

(Foram pesquisados 244 pais, perfazendo 77% dos funcionários que têm filhos na faixa de 0 a 6 de idade).

Debate: o Partido dos Trabalhadores

Social-democracia de esquerda?**“O PT não tem mais condições de representar politicamente a todos os setores populares”**

Duarte Pereira

Com seu Manifesto de Lançamento, divulgado em São Paulo no dia 10 de janeiro, o Partido dos Trabalhadores deu um novo passo para organizar-se como agremiação política legal. É um acontecimento positivo para o movimento democrático, amplia a liberdade de organização, fortalece a luta contra a reforma partidária restritiva do regime.

Mas, com seu Manifesto de Lançamento, o PT deu também um passo decisivo para definir-se, ambiciosamente, como um partido de vanguarda dos trabalhadores, um partido que pretende combater não apenas pelo fim completo do regime militar e pela conquista de amplas liberdades políticas, mas que defende também um projeto a longo prazo para a luta dos trabalhadores. Recusou, assim, a alternativa defendida por alguns de seus membros de constituir-se como um partido legal, tático, de unidade de todos os setores populares e de todas as correntes políticas que os expressam. Preferiu encaminhar-se, ao que parece definitivamente, para se estruturar como um partido estratégico, com uma proposta a longo prazo própria; um partido para competir não apenas com o PD do governo, o PP dos banqueiros, o PTB de Brizola e o PMDB de Ulysses Guimarães; mas também com correntes políticas ainda mantidas na ilegalidade como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, a Organização Socialista Internacional e outras.

Tendo decidido transformar-se de Movimento em Partido e tendo escolhido organizar-se como um partido a longo prazo, o PT não tem mais condições de representar politicamente todos os setores populares; representará aqueles que concordem com seus princípios ideológicos e organizativos e com seu programa político. Neste sentido, é perigosa a avaliação do Manifesto de que “o PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista”. Esta expectativa não corresponde à realidade e pode induzir os militantes do PT ao sectarismo. Atualmente (e durante muito tempo ainda), os setores populares se expressam politicamente através de diferentes partidos e grupos legais e ilegais. A luta de idéias entre esses partidos e grupos deve intensificar-se para ajudar o povo a perceber qual de suas propostas corresponde melhor aos interesses dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, é preciso explorar todas as possibilidades de ação comum entre eles, quer no movimento sindical, no movimento estudantil e em outros movimentos de massas, quer na luta política dentro e fora do parlamento. Todo triunfalismo e exclusivismo de qualquer deles precisam, portanto, ser combatidos.

Do sindicato ao partido

Outra implicação do rumo final escolhido pelo PT é que ele não pode mais ser julgado apenas pela sua aspiração genérica de representar politicamente os trabalhadores. Doravante, terá que ser julgado acima de tudo pela fisionomia ideológica e política que vai assumindo, pelos objetivos e métodos que propõe para a luta dos trabalhadores a curto, médio e longo prazo. Ou seja: como qualquer outro partido, o PT terá que ser avaliado essencialmente por suas propostas políticas e não pela origem social de seus militantes, nem muito menos pelas intenções declaradas em seus documentos. Assim, é preciso aprofundar o debate com os militantes e partidários do PT a fim de que se evidencie a partir de que idéias o PT se propõe defender os interesses dos trabalhadores; conseqüentemente, por que caminhos e em busca de que objetivos ele pretende conduzir a luta dos trabalhadores; só assim se poderá avaliar, com a ajuda da experiência histórica, se as suas propostas são as que correspondem melhor às necessidades dos trabalhadores. Um exame do Manifesto

de Lançamento ajuda a iniciar esse debate urgente.

O Manifesto começa explicando o surgimento do PT. Lembra que foi com o avanço recente das lutas populares que “começou a tornar-se cada vez mais claro, para os movimentos populares, que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo”. Em outras palavras: a ampliação das lutas econômicas levou à redescoberta das lutas políticas e da necessidade de organizações políticas para encabeçá-las. O Manifesto recorda ainda que foi, nessa altura, que o regime começou a estimular a formação de “partidos trabalhistas”; assim, o PT nasceu também da necessidade de preencher o vazio político, bloqueando a manobra do regime e garantindo a “independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos” burgueses.

Essa reconstituição, exata em suas linhas essenciais, deixa claro todo o mérito do PT; mostra também quanto o movimento operário e popular de massas amadureceu nos últimos anos. Ao mesmo tempo, ela representa uma condenação viva dos partidos que se proclamam marxistas e pretendem representar a classe operária. Por que, depois de tantos anos de fundados e reorganizados diversos partidos que se pretendem operários e marxistas-leninistas — como o PC Brasileiro, o PC do Brasil, Ação Popular e outros — a maioria esmagadora dos operários, camponeses e demais trabalhadores continua ignorando esses partidos e sentindo a falta de liderança e representação política? Essa situação é uma crítica severa, em primeiro lugar, ao PC Brasileiro que, com sua orientação nacional-reformista, tem colocado os trabalhadores a reboque de setores nacionalistas (e agora simplesmente liberais) da burguesia frustrando o avanço de sua luta. Mas é um julgamento implacável também de organizações como o PC do Brasil, AP e outras, em cuja prática, hoje é possível perceber, têm predominado concepções e métodos revolucionários mas de cunho pequeno-burguês.

Necessidade da luta teórica

O PT nasceu, portanto, de uma necessidade real. Mas isto não basta para que seja capaz de atendê-la. Muitos dirigentes do PT pensam que sim porque, em sua opinião, o PT é o primeiro partido brasileiro a nascer "da base". Notam-se aí dois equívocos. O primeiro é que nenhum partido pode nascer "da base", se por isso se entende as amplas massas trabalhadoras. Os partidos operários e populares se tornam necessários justamente porque as amplas massas não estão conscientes e organizadas politicamente. Enquanto forem necessários, os partidos revolucionários nascerão das lutas operárias e populares anteriores, mas a partir da camada avançada destacada por essas lutas; e qualquer deles levará muitos anos de árduos trabalhos de mobilização, educação e organização do conjunto dos trabalhadores até que possa transformar-se em verdadeiro partido de massas.

E aqui se patenteia o segundo equívoco, de ordem histórica. Entendendo-se assim o processo de formação dos partidos populares, é forçoso reconhecer que vários partidos brasileiros surgiram "da base", das lutas operárias e populares anteriores e em íntima ligação com elas; entre eles, o Partido Comunista. Por que, então, não conseguiram converter-se em verdadeiros partidos operários de vanguarda, não conseguiram garantir a independência política da classe operária e a direção correta de sua luta e dos demais trabalhadores?

Aqui vem à tona o fundo do problema. Todo partido se forma a partir de determinada base social, por um lado, e a partir de determinadas idéias políticas, por outro. Da interação entre esses dois fatores é que resultam a orientação e a prática do partido, a

maneira como ele formula e articula seus objetivos finais, estratégicos e táticos. Ora, os operários não têm espontaneamente as idéias de sua classe, mas sim as da burguesia dominante. Não basta, portanto, que um partido seja constituído por operários, para que ele formule um programa e uma tática que correspondam realmente aos interesses dos trabalhadores. Pode existir um partido operário pela sua base social, que seja burguês ou pequeno-burguês pela sua política.

Um partido verdadeiramente operário só se constrói, portanto, em ligação estreita com o movimento operário de massas e em particular com sua camada avançada. Mas ele só se constrói também no esforço de assimilar e aplicar à nossa época e à realidade de cada país, com a ajuda de intelectuais de vanguarda, a teoria própria da classe operária — o socialismo científico, fundado por Marx e Engels e desenvolvido por Lênin e outros dirigentes e partidos operários. Não bastam, por conseguinte, a luta econômica e a luta política; é indispensável também a luta teórica sem quartel contra todas as idéias conservadoras, reformistas burguesas e revolucionárias pequeno-burguesas. Sem essa união, sempre renovada, entre o movimento operário de massas e o socialismo científico, a classe operária continuará sem independência e sem rumo e o PT falhará, como malograram antes os PCs e outras organizações.

O socialismo e a democracia

Este perigo já é visível no Manifesto de Lançamento do PT, onde se nota a influência de idéias que não são propriamente socialistas, operárias. O Manifesto realinha, por exemplo, que o objetivo último do PT é "construir uma sociedade igualitária onde não haja explorados nem exploradores"; mas não indica como seria organizada essa sociedade; não se refere ao socialismo, nem mesmo ao chamado "socialismo democrático", retrocedendo em relação a outros documentos do PT.

O manifesto não esclarece também como avançar, em nossa época e em nosso país, em direção a essa "sociedade igualitária"; fala apenas em lutar por "uma democracia mais profunda". Não assinala, portanto, a diferença qualitativa entre a democracia burguesa e a democracia operária; permanece no âmbito da teoria liberal-burguesa da "democracia em geral".

O Manifesto destaca ainda que "o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática"; não esclarece se acredita que isso seja possível apenas através do processo eleitoral. Por último, em relação à tática, o Manifesto apenas afirma que "o centro da política do PT será a ampliação da liberdade". Nessa afirmação parece estar contido o pano de fundo do Manifesto, ou seja, a idéia de que se possa chegar a uma "sociedade igualitária", socialista, através de um aprofundamento gradual da democracia burguesa, através da "democratização da economia, da sociedade e do Estado". Essa idéia é a essência do pensamento social-democrático.

No Brasil, atualmente, quando se fala em social-democracia, só se pensa no PTB de Brizola. A social-democracia contemporânea, porém, é mais diversificada. Os próprios PCs tradicionais, como o PCB, estão passando por uma "social-democratização" cada vez mais nítida. O conceito de social-democracia abarca todas as correntes reformistas burguesas ou pequeno-burguesas de base operária. Como tal, comporta tendências que se inclinam para a direita, e tendências que se aproximam da esquerda. As vezes essas alas convivem num só partido; às vezes se organizam em partidos distintos. No Brasil, se o PT persistir no rumo indicado por seu Manifesto de lançamento, acabará se constituindo num partido social-democrata de esquerda.

Debate: o Partido dos Trabalhadores

O PT já está revolucionando

“Não somos o único conduto partidário da classe trabalhadora e nossa proposta é pluralista”

Francisco de Oliveira

Agora que o PT deu a público o seu manifesto, é previsível que da tentativa de descrédito, de “inviabilidade”, que seus opositores utilizaram para fazer abortar a iniciativa, venha o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores enfrentar as bizantinices de Bizâncio, fórmula sempre hábil com que as “patrulhas ideológicas” de variadas tendências costumam cobrar nos outros a coerência que não têm. Ou se quisermos, quase todas as correntes político-ideológicas têm o velho vício narcisista de querer que todos os espelhos reflitam sempre a imagem daquele que faz a velha pergunta da bruxa de Branca de Neve: diz-me espelho meu, existe algum partido mais bonito do que eu?

Alguns liberais (será que são?) endeusaram líderes sindicais que despontaram com muita força desde as greves de 78, numa jogada que disfarçava suas verdadeiras intenções: as de pretenderem que os líderes sindicais permanecessem estritamente sindicalistas; agora, que alguns desses líderes assumem a tarefa de transformar o PT em algo mais que uma reivindicação, então são acusados de “obreirismo”. O paradoxo não é um jogo de palavras: porque sabem que o “obreirismo” estreita o campo de manobras político, os liberais queriam precisamente que os sindicalistas não se libertassem do sindicalismo. Tinham a secreta esperança de forjar algum George Meany tupiniquim..

Velho vício das fórmulas prontas

Outros, mais modernos, interpretaram o novo sindicalismo como uma força que podia fazer as vezes do Estado, na sustentação do antigo populismo. Isto é, as novas forças operárias substituiriam o Estado na função de sustentar uma política e uma opção partidária que fizesse o jogo elitista, numa versão mais sofisticada é verdade, mas nunca renegando o sistema capitalista: administradores modernos do capitalismo. Agora, uma das vozes mais representativas dessa corrente, em discussão no interior da Tendência Popular do PMDB insinuava que “Lideranças sindicais a soldo ninguém sabe de quem, estão fazendo o jogo de dividir a oposição”. Em casa de enforcado, é ruim falar-se de corda, porque a Tendência Popular pretende-se um partido dentro de outro e porque essa “expressiva liderança” foi um dos que mais precisamente insistiram em desacordo com a tese da unidade a qualquer preço no ex-MDB, que a criação de novos partidos não era divisionista...

A relação de bizantinices é longa demais para esgotar-se. Do interior da própria esquerda, as que se pretendem ortodoxas e as que se pretendem amplas, é possível esperar-se longas e às vezes bem articuladas inquisições sobre o caráter tático ou estratégico do PT, sobre se o PT é um partido revolucionário ou reformista, sobre o caráter classista ou “geléia geral” do partido que ambiciona estruturar-se, sobre a posição do PT dentro ou fora da frente de luta contra o regime, sobre se o PT é partido mesmo ou é frente, sobre o programa concreto, aqui e agora da transição para o socialismo (entre alguns socialistas que esperam uma definição clara do PT sobre o socialismo).

Em si mesmas essas questões não são bizantinas, mas a forma em que são apresentadas trai, desde logo, o interlocutor e denuncia um velho vício autoritarista: o das fórmulas prontas, a concepção conspiratória da história, idealista mesmo, e por que não dizê-lo de uma vez, o fato histórico mesmo de que parte da esquerda não é senão uma “costela de Adão” das elites dominantes, uma espécie de contradição necessária da burguesia, e indo mais longe, têm a mesma origem social. O que dói mais a certas frações da esquerda em relação ao PT é que

os que o estão formando, principalmente as lideranças sindicais nele empenhadas, não são parte do calado pacto social elitista, não sabem às vezes pegar num garfo e muito menos distinguir o “bouquet” de um vinho da Borgonha, e não chamaram ninguém das elites para a direção do movimento.

O manifesto do PT, é claro, não diz tudo, nem poderia dizê-lo, e nem poderia, de longe, esgotar todas essas questões. Mas, precisamente por se tratar de um movimento é que seu caráter aberto anuncia desde logo uma possibilidade ampla, que se inscreve no espectro das possibilidades abertas pelo quadro histórico nacional. Nada está determinado desde sempre e para sempre. Desta forma, a pergunta pelo caráter classista do PT é destas que fariam “corar um frade de pedra”: porque precisamente foi um certo setor da classe operária que se defrontou não apenas com a repressão em sua forma policial, mas com a repressão em sua forma econômica, que entendeu que sem destruir a repressão econômica ter-se-á sempre, ainda que às vezes num movimento pendular, a repressão policial contra toda a sociedade. Este é o caráter classista do PT: querer confundir isso, que está na raiz da contradição fundamental da sociedade, com “obreirismo”, com partido exclusivamente de operários, é — se não houver ignorância — absoluta má-fé.

Outra diferença fundamental entre a proposta do PT, que pode não vingar exatamente porque não é um partido que molda a sociedade, mas é a sociedade que molda os partidos, é a concepção de sua relação com a sociedade. Na versão autoritarista, de direita ou de esquerda, é o partido que molda a sociedade, é o partido que faz a luta de classes, e isto leva, inevitavelmente, quando se chega ao poder, à tentativa de pôr em prática esse desvio ideológico muito grave. A proposta do PT, como dizíamos, pode não vingar se a sociedade brasileira não for capaz de gerar um instrumento desse tipo — coisa em que não acredito porque a proposta do PT já pesa politicamente. Os que fazem o PT sabem que nenhum partido faz uma sociedade, nem a luta de classes. Por isso, o PT não quer moldar a sociedade, e sim ser moldado por ela: em outras palavras, se nessa sociedade não só a natureza, mas o grau das contradições obrigar — para recuperar Marx — o amplo conjunto das classes trabalhadoras a não ter saída senão superar esse sistema, haverá PT e outros partidos que procurarão superar o capitalismo.

A proposta do PT é revolucionária

A proposta do PT não é exclusivista; não pensa que a classe operária é patrimônio, propriedade do PT; ao contrário, o PT põe-se como instrumento dela. Nem sequer pensamos que somos ou seremos o único conduto partidário da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais importantíssimos na sociedade brasileira. Nossa proposta é pluralista não apenas na retórica escrita ou falada, mas profundamente. Sabemos, e essa lição a história nos ensinou muito bem, que nenhum partido é capaz de cobrir a ampla, rica e diferenciada estrutura social e de interesses de uma sociedade complexa como a brasileira. Por isso, não queremos representar a todos, nem supor que somos o único representante dessas classes e setores sociais. Porque o caminho para o autoritarismo começa exatamente quando se pensa que se detém a exclusividade da representação da sociedade e das classes.

As considerações anteriores nos levam também ao tema da relação entre o PT e a revolução brasileira. Em primeiro lugar, à questão posta sorratamente de se o PT é revolucionário, eu respondo: é. Sua simples existência já revoluciona a política brasileira, porque significa a inclusão das massas exploradas na política em seu próprio nome. Desde quando a posição de um líder sindical interessou às classes dominantes e ao Estado, se esse líder não estivesse submetido a eles? Nunca. Agora, à pergunta também sorrateira, inescrupulosa, de se o PT fará a revolução brasileira, eu respondo também sem titubear: não, sozinho não. Porque em nenhum caso partido algum fez uma revolução, sozinho: essa concepção decorre de leituras ideologizadas das grandes revoluções. Cito todas, as do ciclo socialista: a grande revolução de Outubro, a revolução chinesa, a revolução cubana, a revolução vietnamita, e agora a mais recente, a revolução nicaragüense. Em nenhuma delas houve a atuação de um só partido. E o PT não tem essa pretensão. Uma revolução social é um amplo movimento de massas, de ruptura, e nenhum partido pode se arrogar essa tarefa. Porque o contrário é uma concepção burocrática e, mais modernamente, tecnocrática, das revoluções.

Partido, sim; estreito não.

A proposta do PT é tática e estratégica, coisa que seria dispensável de dizer-se, já que um partido político é simultaneamente as duas coisas, vive dialeticamente essa tensão. Mas ele não é tático no sentido de que é "biombo" de outras organizações, porque muitos querem que alguns façam o chamado "jogo sujo" da política enquanto se guardam para promover, reservar para seu partido o galardão, a glória de fazer a revolução, de ser estratégico. E não é estratégico no sentido de que tem, agora, e para sempre, a mesma concepção sobre a sociedade brasileira e seu futuro. Pois até alguns anos passados, nem uma proposta como a do PT seria concebível, tal era o sufoco e a repressão, e o estado de desorganização das grandes massas populares. E hoje é.

O PT também não é uma frente; pretende-se um partido, isto é, parte. Mas integra-se desde logo na frente democrática que combate a ditadura e luta pela instauração de um Estado de Direito, mesmo que este se revista apenas dos direitos formais. Mais: o PT fortalece a frente de oposições ao regime militar e à ditadura, na medida mesma em que busca, por seu intermédio, incluir as massas na política. Querer confundir isso com "divisionismo" é próprio daqueles que "enxergam o argueiro no olho dos outros e não vêem a trave no seu próprio". Esta é uma concepção elitista, que quer as massas fora da política, muito parecida com certas proposições da ditadura, que diz que estudante é para estudar e operário para, no máximo, fazer parte de sindicato.

Partido, sim. Estreito, não. Tendo por vértebras as classes trabalhadoras, em suas múltiplas dimensões: recuperando e unificando o que o sistema capitalista fragmentou para poder dominar melhor. Aparecendo aqui com rosto de sindicalistas, ali com rosto de morador da periferia, acolá com rosto de camponês, noutra parte com rosto de funcionário público, noutro lugar com cara de trabalhador intelectual. Mas tendo uma proposta para o conjunto da sociedade. Sem exclusivismos. Mas reivindicando o espaço da política como próprio das amplas massas exploradas, porque a tática elitista tem consistido em formulações partidárias pretensamente amplas, mas indefinidas, porque assim as massas estarão mais isoladas. Há alguém excluído? Há, e isto é decisivo: a burguesia e seu Estado. Esta e este estão em outros partidos, ou não estão em nenhum: a burguesia e seu Estado já não necessitam de partidos políticos. Cabe ao povo recuperar esse instrumento. O PT quer ser um desses.

Prostitutas: da penumbra ao protesto

Instigadas, de início, por policiais e donos de hotéis, as prostitutas foram às ruas

Antonio Carlos Fon

Louras, ruivas, morenas e mulatas. Altas, baixas, gordas e magras. Jovens, velhas, bonitas e feias. Ninguém sabe seu número certo. Podem ser dez, 20, 30 ou 50 mil, talvez mais, oferecendo-se — paradas nas esquinas, em automóveis, boates e bordéis — nas noites paulistanas. De repente, no segundo semestre do ano passado, elas abandonaram a penumbra das luzes noturnas e emergiram, tristes, cansadas e sofridas, protestando à luz do dia.

Um protesto dirigido, de início, teleguiado, à distância, pelos verdadeiros "reis da noite": policiais e donos de hotéis da chamada "Boca do Lixo" paulistana. Repentinamente, porém, as marionetes livraram-se dos cordéis e aprenderam a falar sozinhas. A ponto de hoje, ameaçando criar uma entidade de defesa da "categoria" — afinal, a "mais antiga das profissões" nunca teve um sindicato — assustarem seus antigos senhores. Mas, o que há de fato por trás do protesto das prostitutas?

Para entender, é preciso saber quem ganha com a prostituição. Ganham os rufiões, a quem elas entregam parte de seus ganhos em troca de uma esperança de carinho; ganham os donos de boates, espécie de corretoras onde os fregueses vão procurá-las; ganham os advogados de porta de xadrez, que as retiram da prisão, quando presas; ganha, e muito, o pequeno grupo conhecido como a "máfia dos hotéis" — portugueses e espanhóis, em sua maioria — proprietário da maior parte dos mais de 300 hotéis para curta permanência da "Boca do Lixo". E ganham, principalmente, os policiais, a quem todos pagam para trabalhar sem problemas.



Em frente à delegacia, o protesto incentivado por hoteleiros

Passeata contra um assassino

E foram exatamente os policiais que instigaram as prostitutas a fazer sua primeira manifestação de protesto, em outubro do ano passado. Uma passeata em que, por mais paradoxal que isto possa parecer, as mulheres lutavam, em última análise, pelo direito de continuar a ser presas.

Protestavam, aparentemente, contra a possibilidade de um assassino ser colocado em liberdade. Preso por matar a prostituta Maria Regina Rezende, o estudante de veterinária Dan Martin Brum ainda se encontrava no xadrez do DEIC paulista quando começaram os protestos contra sua libertação.

Ocorre que, na época, os juizes paulistas, assustados com o aumento do número de denúncias de arbitrariedades policiais, ameaçavam acabar com as chamadas "prisões para averiguações". E é "para averiguações" que são detidas as prostitutas, já que pela lei brasileira alugar o próprio corpo não constitui crime.

Revoltadas com o assassinato de Maria Regina e com a possibilidade, levantada pelos policiais, de Dan Martin Brum ser colocado em liberdade, as colegas de Maria Regina organizaram uma série de passeatas diante do Fórum e da residência do assassino. Entre as faixas que carregavam, havia frases como: "Agradecemos à Polícia e esperamos Justiça". A decretação da prisão preventiva de Dan Martin Brum esvaziou o movimento.

Surge uma líder: Rose, de 17 anos

Elas voltariam a se manifestar cerca de um mês e meio mais tarde, no início de dezembro, quando um grupo de aproximadamente 40 prostitutas postou-se diante do prédio da Seccional de Polícia da Zona Centro, na rua Aurora, em plena "Boca do Lixo", pedindo garantias para "trabalhar".

Por "garantias para trabalhar" elas entendiam, basicamente, a reabertura dos hotéis de curta permanência, fechados por seus proprietários em represália a uma série de flagrantes de exploração do lenocínio — porque prostituir-se não é crime, alugar quartos para prostituição é — feitos pelos policiais da Seccional Centro. Foram os hoteleiros quem convenceram as mulheres a realizar seu ato público. E o motivo é que, na ocasião, as relações entre policiais e donos de hotéis encontravam-se estremecidas.

O delegado titular da Seccional Cen-

tro, William do Amaral, havia iniciado uma campanha contra os hotéis de alta rotatividade. Esta campanha levou os investigadores a exigirem dos hoteleiros uma elevação da "taxa de proteção" — mas as negociações esbarraram no problema do índice de aumento.

Levadas a protestar pelos hoteleiros — para utilizar uma linguagem mais intelectualizada — "as prostitutas descobriram suas reivindicações específicas no próprio processo de luta". Na prática, isto significa que diante dos repórteres que cobriam o ato público, elas resolveram, como se diz na "Boca do Lixo", armar um auê e botar a boca no trombone contando como eram obrigadas a pagar proteção aos policiais para trabalhar, como eram presas e torturadas se não quisessem pagar.

Na linguagem da "Boca", foi o maior "bochicho". Imediatamente, a manifestação das mulheres deixou de interessar a policiais e hoteleiros. Afinal, qualquer mudança que ameace um dos integrantes do grupo, ameaça todo o grupo.

Não foi difícil, diante dessa ameaça, o acordo entre hoteleiros e policiais. Mas a situação já havia escapado ao seu controle. Na manifestação surgiram, também, algumas líderes naturais das prostitutas, entre elas Roselene, que as colegas chamam de Rose, de 17 anos e prostituta desde a idade de onze anos.

Feitas as pazes com os hoteleiros, os investigadores concentraram-se em dominar a revolta das mulheres. As ameaças de prisão e o seqüestro de

Rose — espancada à beira de uma estrada e obrigada a fugir de São Paulo sob ameaça de morte — foram suas primeiras medidas. E só não surtiram todo o efeito desejado porque naquele momento as mulheres tinham outro motivo para continuar a reclamar: a exigência, por parte dos investigadores da Seccional Centro, de uma caixinha de Cr\$ 500,00 semanais de cada metritz.



Na reunião com a oposição, a consequência imprevista

“Aí, os homens barbarizam”

Elas já pagavam uma taxa de suborno de Cr\$ 300,00 aos investigadores dos distritos da Zona Centro — que ameaçavam aumentá-la para Cr\$ 500,00 se elas concordassem em pagar a mesma quantia aos policiais da Seccional Centro “Para igual trabalho, igual remuneração”, argumentavam eles. Para as mulheres, porém, concordar em pagar as duas taxas seria um aumento excessivo dos custos com proteção, que saltariam de Cr\$ 1.200,00 mensais para Cr\$ 4.000,00 mensais.

O movimento ganhou ainda mais força com o inesperado apoio das organizações feministas paulistas, que incentivaram a criação de uma entidade que defendesse o interesse das prostitutas. Aparentemente, outra contradição: afinal, a prostituta é o maior símbolo da “mulher-objeto”, contra o qual tanto lutam as feministas. “Mas nós não defendemos a prostituição”, explica a professora Silvia Pimentel, representante do grupo feminista Centro da Mulher Brasileira, “nós lutamos em defesa da mulher levada à prostituição por uma sociedade injusta”.

Defendê-las, contudo, não é uma tarefa fácil. Apenas duas prostitutas tiveram coragem de enfrentar um quase cordão de isolamento erguido pela polícia, com suas viaturas preto-e-brancas e rádios “walkie-talkie”, em torno do local onde deveria se realizar a primeira reunião para o lançamento da associação de prostitutas.

“Eu não fui”, conta uma prostituta da “Boca do Lixo”, e explica os motivos: “Eu vou lá, falo e tudo bem. Mas, depois, quem vem pra rua ‘se virar’ sou eu. Aí os ‘homens’ me pegam e barbarizam”.

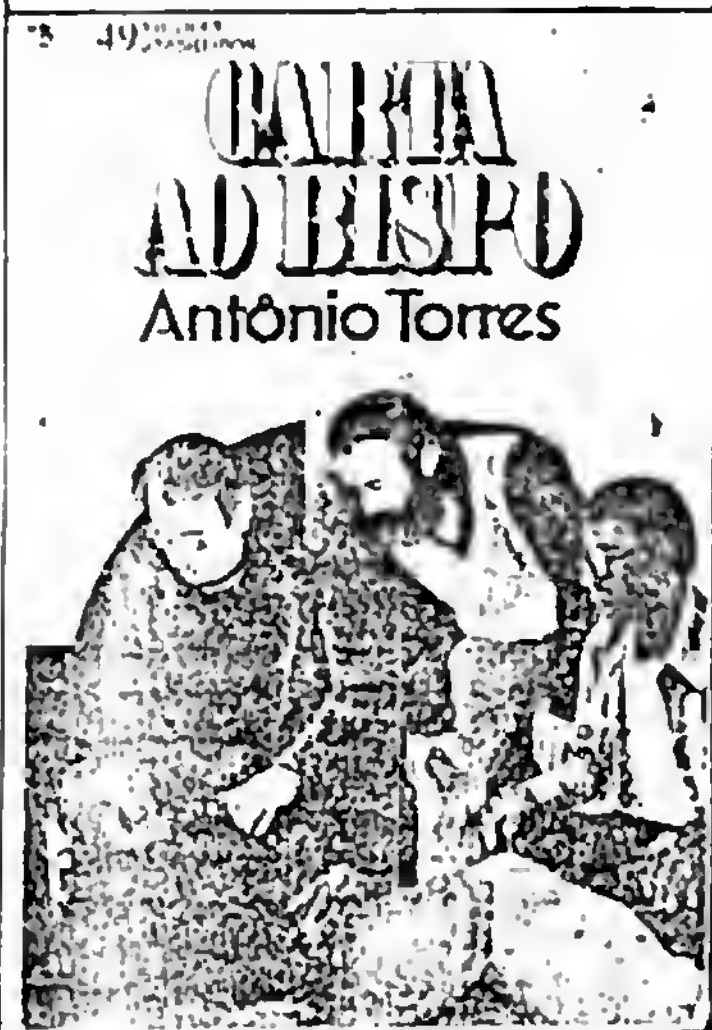
Elas ainda tentaram falar com o próprio secretário da Segurança Pública, mas não chegaram a ser recebidas. Em lugar do desembargador Octávio Gonzaga Junior, quem as atendeu foi o delegado Romeu Tuma, diretor do Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Mas Romeu Tuma não tinha promessa a fazer-lhes: “a repressão vai continuar”, ele garantiu, “por isso, é melhor vocês arranjam emprego como domésticas e largar essa vida”. (especial para a ABR)

LEITURAS



Aristides Klafke

Por um homem
menos
solitário



Antônio Torres: "Carta ao bispo", Editora Alfa, 108 páginas, Cr\$ 95,00.

Desde sua estréia como romancista, em 1972, com "Um cão uivando para a Lua", Antônio Torres tem demonstrado singular vitalidade narrativa. Seus livros falam do homem preso e condicionado à realidade social injusta, do homem em busca de elementos que possam torná-lo mais livre, menos solitário, mais humano. "Quem anja não fica rico", escreve ele. "Carta ao bispo", agora lançado, é um romance brutal, contemporâneo, áspero. Seu estilo lembra, em lampejos, a fala de um locutor esportivo. A personagem central, Gil, é um homem de 40 anos, metido nas polícias provincianas do interior da Bahia, caloteiro por circunstância, uma espécie de Macanudo com algum caráter. Um homem mais para poeta que para deputado. Quem já leu seus livros anteriores, ou quem ainda não conhece "Os homens dos pés redondos" e "Essa terra", não pode deixar de ler "Carta ao bispo", um livro escrito a plenas pulmões.

PELO OLHO DO REI

Ruy Espinheira Filho: "Julgado do Vento", Editora Civilização Brasileira, 88 páginas, Cr\$ 100,00.

Mozacyr Félix, poeta, disse outro dia que poesia é a arte de escutar os rumores inconscientes do ser social, onde a totalidade — de cada um e de todos — reside e se esconde. Esse é o caso de Ruy Espinheira Filho, professor e poeta baiano, que elabora seus versos sem esquecer que "faz tempo que só se vê pelo olho do rei". Versos críticos, que permitem a identificação das contradições entre linguagem e vida, e de denúncia, pois "tantos são os abandonados e caminham áspersos no silêncio". O livro está dividido em quatro partes e compreende a produção poética do autor de 1966 a 1976. Segundo Valdomiro Santana, escritor, "Julgado do vento", é um dos mais importantes lançamentos do gênero dos últimos tempos.

A igreja nas bases: oportunista?

Ex-frei dominicano, preso em 1969, faz dura crítica à atuação da Igreja.

Amnêris Marqni/Luís R. Cláuset

Forças progressistas da sociedade têm procurado destacar, nos últimos anos, o papel de uma corrente revolucionária dentro da Igreja Católica e que poderia, pela sua aproximação gradativa dos oprimidos, ser levada também a se identificar com os interesses últimos desses setores: o socialismo. O livro publicado recentemente pelo ex-frei dominicano Roberto Romano — "Brasil: Igreja contra Estado" — nega, no entanto, essa possibilidade, assim como adverte a oposição para os perigos que representa a participação política da Igreja ao lado da causa dos trabalhadores.

O longo estudo que realizou sobre a participação da Igreja na política brasileira não leva em conta as contradições existentes dentro da própria Igreja, como se mesmo manifestações mais radicais de inconformismo de alguns de seus membros estivessem submetidas ao controle e à estratégia da instituição. Em outras palavras, deduz-se que não há diferença entre um dom Frágoso e um dom Sigand, um dom Balduino e um dom Scherer, assim como fica difícil imaginar que um Camilo Torres tenha existido ou que, ainda agora, um Ernesto Cardenal esteja ocupando o Ministério da Educação e Cultura do novo governo da Nicarágua.

Segundo o autor, a Igreja defende a "propriedade social dos meios de produção", o que é diferente do projeto político de setores da esquerda, que é o da socialização dos meios de produção. Para ela, portanto, a propriedade é válida, desde que seja fonte de personalização; que garanta, pelo direito natural, a realização humana dos proprietários. Mas não caberia ao proprietário o uso ilimitado dos bens produzidos pela sociedade e sim respeitar sua destinação comum. Com isso a Igreja se reserva o direito de falar de "propriedade social dos meios de produção", o que na prática significa tentar conseguir o desenvolvimento econômico e a repartição dos bens sociais pela ação do Estado.

Segundo o autor, pode-se compreender também, a partir daí, o ataque constante da Igreja Católica à sociedade moderna. De um lado, ao "liberalismo capitalista", à medida que esse absolutiza a propriedade, compreendendo-a como atributo exclusivo do indivíduo, e, de outro, ao "totalitarismo comunista", visto como destruidor da propriedade.

Em sua tentativa de captar o que está subjacente às críticas que a Igreja faz ao capital e ao comunismo, o autor depara com um projeto político específico, bem articulado e que teria sido engendrado por ela ao longo de sua luta contra o Estado até a obtenção de uma muito sonhada "liberdade da Igreja".

A trajetória desse processo é mostrada no livro desde a Colônia até os dias atuais, preocupando-se em destacar a luta política que a Igreja Católica travou durante esse longo período para que o Estado não detivesse o monopólio absoluto das consciências.

Ao afirmar que a estabilidade social e política, aliada a uma proposta de desenvolvimento econômico, tem sido sua busca constante, o livro cita o padre J. Comblin, considerado progressista, mas para quem não paira dúvida, por exemplo, sobre a legitimidade do golpe de Estado de 1964, tendo em vista que naquele momento tanto as massas, marginalizadas economicamente e politicamente, quanto as elites, inautênticas e egoístas, não poderiam dar con-

ta das transformações de que o país necessita — fortalecimento do mercado interno, aumento do fluxo de bens de capital, etc.

Conclui-se, portanto, que para a Igreja o desenvolvimento necessita de um Estado forte, o que a teria feito mobilizar as massas populares, em 1964, a favor do golpe e por uma nova estrutura religiosa que tivesse como proposta a reforma da sociedade.

Só depois de 1968, quando o Estado ganha sua atual configuração, é que, segundo Roberto Romano, se ampliam as esperanças da Igreja de aplicação de seu programa de reformas a partir "do alto", do Estado autoritário. Só então, quando a repressão política se abate sobre ela, começa a se colocar como defensora n.º 1 dos direitos humanos, passando a denunciar violentamente o modelo econômico, que não atende mais "aos direitos da pessoa nem à propriedade social dos meios de produção". Dirige-se mais e mais, então, às massas oprimidas, organizando-as pela base, na tentativa de criar um contrapoder eficaz frente ao Estado opressor.

Nessa reviravolta, as comunidades de base teriam sido os veículos escolhidos para expressar seu novo projeto político — a reforma agrária, através da expansão da pequena propriedade, a luta pelo salário "justo", pela estabilidade no emprego, pela liberdade e autonomia sindical, etc. Teria percebido que já não se trata de fazer caridade para ganhar a confiança dos oprimidos. Para

isso seria preciso estar efetivamente a seu lado, mobilizando-os e enfrentando com eles os problemas do dia-a-dia.

E com essa força, segundo o autor, que a Igreja conta para contrapor o seu projeto político ao do Estado. Como resultado, em poucos anos os bispos brasileiros passaram a ocupar lugar central na política e na formação da opinião pública, apresentando a Igreja "com uma plataforma agressiva de modernização da mesma e da sociedade". Essa modernização, entretanto, não rompe com o modelo verticalista de a Igreja ver a sociedade e a si mesma. É o modo que encontrou, na conclusão do autor, de manter a dominação sobre suas "ovelhas" e de preservar a "paz social", que seria o elemento central de suas preocupações.

Vendo a Igreja como instituição e tudo o que se faz dentro dela como obedecendo a um comando único, o autor parece pretender chamar a atenção para o que seria um falso ou impossível engajamento de alguns de seus membros nas lutas populares. E por isso, talvez, tenha abandonado a balina. Mas, para que seu exemplo pudesse ser proposto, seria preciso que sua análise da Igreja viesse junto com uma análise política concreta da realidade brasileira — o que, muito provavelmente, anularia sua pretensão.

Roberto Romano: "Brasil: Igreja contra Estado" (crítica ao populismo católico), Editora Kairós, 272 páginas, Cr\$ 210,00.



CATÁLOGO 1980

- | | |
|---|--|
| A. KOLI ONTAI
A libertação da mulher, Cr\$ 140,00 | JORGE SEMPRUN
Ambiguidade de Federico Sanchez, Cr\$ 225,00 |
| A. J. LANGGUTEN
A luta e a luta do tempo, Cr\$ 220,00 | JOSEPH STALIN
Questões políticas, Cr\$ 130,00 |
| ANTÔNIO CARLOS FON
Lutina, Cr\$ 80,00 | JULIO JOSE CHIAVENATTO
A Guerra do Chaco, Cr\$ 105,00 |
| AUGUSTO BOAL
Líderes latino-americanos de teatro popular, Cr\$ 240,00 | MARCIO MOREIRA ALVES
Trabalhadores na revolução cubana, Cr\$ 190,00 |
| CARLOS MARICHIELLA
Escritura, Cr\$ 130,00 | MARCIO SOUZA
Operação salvação, Cr\$ 150,00 |
| CELSO FREDERICO
A revolução operária, Cr\$ 160,00 | MARIA TEREZA NIDELCOFF
Uma escola para o povo, Cr\$ 95,00 |
| CHE GUEVARA
Diário da guerrilha, Cr\$ 180,00 | MARTA HARNECKER
Cuba: ditadura ou democracia?, Cr\$ 280,00 |
| CHICO BUARQUE
Ópera do malandro, Cr\$ 170,00 | NEIVA MOREIRA
Os cubanos na África, Cr\$ 110,00 |
| F. ENGELS E K. MARX
Um manifesto, Cr\$ 110,00 | NELSON WERNECK SOORE
História militar do Brasil, Cr\$ 300,00 |
| FERNANDO GAREIRA
O que é isso, "comunismo", Cr\$ 200,00 | OCTAVIO IANNI
Ditadura e agricultura, Cr\$ 200,00 |
| FERNANDO SABINO
O Grande mentecapto, Cr\$ 220,00 | PABLO NERUDA
Para nascer nasci, Cr\$ 250,00 |
| FLORESTAN FERNANDES
Da guerrilha ao socialismo a revolução cubana, Cr\$ 250,00 | PAULO FREIRE
Pedagogia do oprimido, Cr\$ 220,00 |
| FIDEL CASTRO
A História me absolverá, Cr\$ 135,00 | REGIS OEBRAY
A nove quina, Cr\$ 120,00 |
| FRANCO BASAGLIA
A pracinha alternativa, Cr\$ 170,00 | RICARDO BUENO
Por que os preços sobem no Brasil, Cr\$ 60,00 |
| GUIDO MANTEGA
Segredo e poder, Cr\$ 140,00 | SAMORA MACHIEL
Estabelecer o poder popular, Cr\$ 65,00 |
| HELENA G. BELOTTI
Educação para a submissão, Cr\$ 150,00 | SHERE HITE
O relatório Hite, Cr\$ 290,00 |
| HELENEIDA STUDART
Mulher, objeto de carne e mesa, Cr\$ 70,00 | V. LÊNIN
Que fazer?, Cr\$ 150,00 |
| IVAN ANGELO
Casa de vidro, Cr\$ 250,00 | |

BASTA ESCREVER PEDINDO

Dr. Celso Mota Jr., 235, SP, tel. 727-2861, CEP 01721
Dr. Homero de Melo, 446, SP, tel. 864-0077, CEP 05007

Creche da Prefeitura sem dinheiro

A creche D'Alva, localizada na favela Jardim São Remo, no Butantã, poderá paralisar suas atividades na próxima semana porque não recebe verbas da Prefeitura há dois meses. Com isso, cerca de 30 crianças poderão voltar a ficar presas em casa ou brincando na rua — as únicas opções que restam a seus pais que trabalham fora a maior parte do dia.

A responsável pela creche, Rosaly Silveira, foi segunda-feira à Coordenadoria do Bem-Estar-Social reclamar do atraso e recebeu a explicação de que o motivo era a falta de formulários para encaminhar a cobrança das verbas à Secretaria de Finanças. Mas o órgão lhe garantiu que as verbas estarão

liberadas dentro de dez dias e ainda se comprometeu, nesse período, a fornecer cotas de alimentação à creche D'Alva. Entretanto, até o meio-dia de ontem, os caminhões da Coordenadoria não haviam entregue a merenda escolar na creche.

Em junho do ano passado, a Prefeitura assinou um convênio com a creche D'Alva responsabilizando-se pelo pagamento de uma taxa de Cr\$ 1.308,00 por cada criança matriculada. Só assim o estabelecimento teria condições de se manter em funcionamento. Desde então, contudo, todos os pagamentos foram feitos com um mês de atraso. Agora, a situação ficou insustentável, porque a creche

não tem como pagar os salários de suas quatro funcionárias, que pretendem abandonar o emprego.

ALIMENTAÇÃO

A alimentação das crianças vem sendo feita com o restante dos mantimentos ganhos no Natal e com compras a crédito no armazém da favela, que já somam Cr\$ 5 mil. Maria Elisa dos Santos, cozinheira da creche, afirma não ter "mais o que colocar na panela para cozinhar". "Nós mesmas, as funcionárias — acrescentou — também precisamos receber para ajudar nas despesas da família." Ontem, a comida foi feita com o que Maria Elisa trouxe de casa: "Mas já tenho pouco e

não poderia fazer isso nunca".

O menino Jorge Batista de Lima, cinco anos, vencedor de um festival de música promovido pelas funcionárias da creche, cantando uma música sobre favela, está com medo. Antes de ser matriculado, ele ficava em casa, sem poder sair, porque sua mãe não tinha com quem deixá-lo, e agora teme voltar a passar o dia todo no barraco.

Outro menor, Sldnei da Concelção, começa a se recuperar de uma paralisção no braço direito. Na creche, brincando com outras crianças, ele faz alguns movimentos que antes eram impossíveis, porque passava o dia inteiro dentro de um berço para a mãe poder trabalhar fora.